



# Anais da Assembléia

N.º 108

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE SETEMBRO DE 1976.

ANO II

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 162ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 1976

#### SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo e secretariada pelos Senhores Deputados Dácio Leonel e Werner Wanderer.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 107/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 183/76, Mensagem número 47/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, com o município de General Carneiro, objetivando ampliação do prédio da Casa Escolar "Pedro Araújo Neto", na sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 14, terça-feira, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 107/76. Levanta-se a sessão.

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 163ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 1976

#### SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Leopoldo Jacomel e Rosário

Pitelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça constar da Ata da presente sessão, um profundo voto de pesar pelo falecimento do Sr. TITO CARNEIRO LEAL, ocorrido na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão, um profundo voto de pesar pelo falecimento do Sr. PEDRO DÓBIS, ocorrido na cidade de Castro.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer, ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e da Cultura, no sentido de que determine a criação de curso de 1º grau, 2ª parte, na sede do distrito de Guamiranga, município de Imbituva.

Requer outrossim, seja enviada cópia de inteiro teor do presente, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1976.

(a) ALFREDO GULIN

#### JUSTIFICATIVA:

De algum tempo para cá, o distrito de Guamiranga, do

município de Imbituva, tem sido propulsionado ao alcance do progresso, e uma das razões do seu crescente desenvolvimento é o aumento de população que se faz sentir naquele local, e como via de consequência há um grande número de alunos que procuram os bancos escolares após concluírem a 1ª parte do 1º grau.

Desta forma, faz-se necessária a criação de um curso de 1º grau, 2ª parte, no período noturno, para que possa atender a demanda de alunos que já concluíram a 1ª parte do 1º grau.

Assim, solicitamos aos ilustres Pares o devido apoio e consequente aprovação do presente.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer consulta ao Plenário para aprovar envio de expediente ao Exmo. Sr. Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, solicitando seja instalada a 3ª Vara na Comarca de Pato Branco, conforme previsão da nova Organização Judiciária do Estado, tendo em vista existirem condições de funcionamento, com a inclusão das obras da ampliação do Fórum daquela comarca.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1976.

(a) NILSO SGUAREZI

EM TEMPO:

Requer-se que da decisão, ao MM. Juiz da Vara Civil da Comarca de Pato Branco, Dr. Antônio Ramina, dê-se a devida comunicação, com cópia fotostática do presente requerimento.

EMENDA:

### EMENDA Nº 01

Emenda ao Projeto de Lei nº 186/75

## ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

### TÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

##### CAPÍTULO ÚNICO

#### DO CAMPO DE APLICAÇÃO E DAS DEFINIÇÕES

Art. 1º — O presente Estatuto organiza o Magistério Público do ensino de 1º e 2º graus, estrutura as respectivas séries de classes, nos termos da Lei Federal número 5692, de 11 de agosto de 1971, e estabelece o regime jurídico do pessoal do Magistério Público vinculado à administração do Estado do Paraná.

Parágrafo único — Ao pessoal do Magistério, do ensino de 1º e 2º graus, aplicam-se os planos de classificação de cargos instituídos por esta Lei.

Art. 2º — Para efeitos desta lei, entende-se:

- I — por pessoal do magistério, o conjunto de Professores e Especialistas de Educação, que, nos complexos e unidades escolares e demais órgãos de educação, ministra, assessora, planeja, programa, dirige, avalia e/ou orienta a educação sistemática, assim como os que colaboram diretamente nessas funções, sob sujeição às normas pedagógicas e às disposições deste Estatuto;
- II — por professor genericamente, a todo ocupante de cargos de docência;
- III — por atividades do Magistério, aquelas inerentes à educação, nelas incluídas a direção, o ensino e a pesquisa.

Art. 3º — O Pessoal do Magistério compreende as categorias seguintes:

- I — pessoal Docente;
- II — pessoal Especialista.

§ 1º — Pertence ao Pessoal Docente o Professor que, no Estabelecimento de ensino, está encarregado, de forma per-

manente e direta, em atividade de classe ou extraclasse, do ensino e da educação.

§ 2º — Pertence ao Pessoal Especialista o membro do Magistério que, possuindo a respectiva qualificação, desempenha atividades de direção, planejamento, orientação, atendimento e acompanhamento psicológico no campo educacional, Comunicação no processo escolar, Integração Sócio-econômica da escola e da comunidade, Assistência Comunitária, Inspeção, supervisão e outras similares no campo da educação, respeitadas as prescrições contidas nos Artigos 29, 33 e 40, da Lei Federal número 5692, de agosto de 1971.

§ 3º — A competência do Pessoal do Magistério decorre, em cada grau de ensino, das disposições próprias das leis estaduais e federais, dos regulamentos e regimentos.

## TÍTULO II

### DO VALOR DO MAGISTÉRIO E DOS PRECEITOS ÉTICOS ESPECÍFICOS

#### CAPÍTULO I

##### DO VALOR DO MAGISTÉRIO

Art. 4º — São manifestações do valor do Magistério:

- I — o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir os deveres do Magistério;
- II — o civismo e o culto das tradições históricas;
- III — o amor aos educandos, aos colegas e à profissão;
- IV — a fé do poder da educação como instrumento de formação do homem e do desenvolvimento econômico, social e cultural;
- V — o interesse pela atualização profissional;
- VI — a dedicação e abnegação em prol da Educação e da Comunidade.

#### CAPÍTULO II

##### DOS PRECEITOS ÉTICOS ESPECÍFICOS

Art. 5º — O sentimento do dever, a dignidade, a honra e o decoro do Magistério, impõem, a cada um dos seus membros, uma conduta moral e profissional irrepreensível, com observância dos preceitos seguintes:

- I — cultivar a verdade e responsabilidade com fundamentos da dignidade pessoal;
- II — exercer o cargo, encargo ou comissão, com autoridade, eficácia, zelo e probidade;
- III — ser imparcial;
- IV — zelar pelo aprimoramento moral e intelectual próprio e do educando;
- V — respeitar a dignidade e os direitos da pessoa humana;
- VI — ser discreto nas atitudes e nas expressões oral e escrita;
- VII — abster-se de atos incompatíveis à dignidade profissional.

## TÍTULO III

### DO PESSOAL DO MAGISTÉRIO

#### CAPÍTULO I

Art. 6º — A carreira do Magistério caracteriza-se por atividades continuadas e dirigidas à concretização dos princípios, dos ideais e dos fins da educação brasileira.

Parágrafo único — A carreira inicia-se, satisfeitas as normas legais e/ou disposições deste Estatuto, ou dele decorrentes, para um dos cargos da classe iniciais das séries de Classes constantes no Plano de Classificação de Cargos da Parte Permanente do Quadro Próprio de Pessoal do Magistério.

#### CAPÍTULO II

##### DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO

Art. 7º — Os cargos do Magistério serão providos segundo o regime jurídico deste Estatuto, sempre mediante concurso público de provas e títulos, ou de títulos.

Art. 8º — Os cargos do Magistério integram séries de classes ou

classes singulares.

Art. 9º — Para efeitos da Lei:

- I — cargo é conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um Professor ou Especialista de Educação;
- II — classe é um conjunto de cargos com vencimento ou remuneração, fixados no segundo nível de habilitação, qualificação volume de trabalho e grau de responsabilidade;
- III — série de classes é o conjunto de classes do mesmo gênero de atividades funcionais disposta hierarquicamente, constituindo a linha vertical de promoção ascensional do Professor ou Especialista de Educação, escalonados em diferentes níveis, de acordo com o grau de qualificação e atribuições correspondentes nos termos da Lei Federal 5692/71;
- IV — grupo ocupacional é o conjunto de atividades correlatas ou afins, quando a natureza dos respectivos trabalhos ou ao ramo de conhecimento aplicado no seu desempenho, abrangendo séries de classes ou classes singulares;
- V — serviço é a justaposição de grupo ocupacional, tendo em vista a identidade, a similaridade ou à conexão das respectivas atividades profissionais.

Art. 10 — A estruturação da carreira do Magistério, compreende dois cargos distintos:

- I — Professor;
- II — Especialista de Educação.

§ 1º — O conjunto de ocupantes de cada um dos cargos deste artigo compõem um grupo ocupacional.

§ 2º — O Grupo Ocupacional de Professor compreende cinco níveis de atuação, a saber:

- a) nível de atuação I, da 1 a 4ª série do 1º grau;
- b) nível de atuação II, da 1 a 6ª série do 1º grau;
- c) nível de atuação III, da 1 a 8ª série do 1º grau;
- d) nível de atuação IV, da 1 a 8ª série do 1º grau, e 1ª e 2ª série do 2º grau;
- e) nível de atuação V, da série 1.ª e 8.ª do 1.º grau, e da 1.ª a 4.ª série do 2.º grau.

§ 3º — O Grupo Ocupacional de Especialista de Educação atuará em níveis de micro e macro-educação.

§ 4º — Os níveis de atuação são agrupados em séries de classes conforme a formação profissional mínima exigida para o exercício do magistério.

§ 5º — As classes são em número de cinco (5), em função de nível de formação assim integrados:

**Classe A** — Pelo Pessoal do Magistério que possui habilitação mínima específica de 2º grau, com três (3) séries.

**Classe B** — Pelo Pessoal do Magistério que possui habilitação mínima específica de 2º grau, com quatro séries ou de 2º grau com três séries e mais um ano de estudos adicionais.

**Classe C** — Pelo Pessoal do magistério que possui habilitação mínima específica de grau superior, ao nível de graduação obtida em curso de curta duração, representada por licenciatura de 1º grau.

**Classe D** — Pelo Pessoal do Magistério que possui habilitação mínima, específica de grau superior, ao nível de graduação obtida em curso de curta duração ou mais um ano de estudos adicionais, representada por licenciatura de 1º grau.

**Classe E** — Pelo Pessoal do Magistério que possui habilitação mínima, específica de grau superior no nível de graduação obtidas com duração plena, representada por licenciatura plena quando se tratar de Professor.

§ 6º — Os níveis de atuação abrangem séries de classes assim distribuídas:

- a) nível de atuação I, Classes A, B, C, D, E;
- b) nível de atuação II, Classes B, C, D, E;
- c) nível de atuação III, Classes C, D, E;
- d) nível de atuação IV, Classes D, E;
- e) nível de atuação V, Classe E.

§ 7º — Cada Classe é composta de cinco níveis de elevação, em função dos avanços em diagonal resultantes dos créditos que traduzem o mérito do Professor ou Especialista de Educação:

Avanços da Classe A: A1, A2, A3, A4, A5;

Avanços da Classe B: B1, B2, B3, B4, B5;

Avanços da Classe C: C1, C2, C3, C4, C5;

Avanços da Classe D: D1, D2, D3, D4, D5;

Avanços da Classe E: E1, E2, E3, E4, E5.

§ 8º — Os níveis de Especialista de Educação abrangem as classes: C, D, E.

Art. 11 — As atribuições e características pertinentes a cada Classe estão especificadas nos Anexos I-A e I-B.

Parágrafo único — As especificações de classes compreendem para cada classe, além de outros, os elementos seguintes: denominação, crédito, habilitação específicas exigidas, linhas de promoção e de acesso.

Art. 12 — O avanço em diagonal disposto no parágrafo 7º, do artigo 10, de um para outro nível de elevação, na forma da Tabela de Crédito para promoções constantes do Anexo IV, consiste na concessão de percentual de cinco por cento e incidirá sobre o vencimento do Professor ou Especialista de Educação.

## SEÇÃO I

### DO PLANO DE PAGAMENTO

Art. 13 — O Plano de Pagamento do Magistério obedecerá ao Plano de Classificação dos Cargos constantes das tabelas do Anexo II.

§ 1º — É estabelecido, para cada classe, um vencimento básico inicial com aumentos periódicos consecutivos, de cinco por cento por quinquênio de efetivo exercício, como antecipação de gratificação adicional prevista no inciso I, do art. 80.

§ 2º — O Professor ou Especialista de Educação, quando nomeado, perceberá o vencimento da classe respectiva.

§ 3º — Na contagem de tempo de serviço para perfazer o quinquênio, só serão computados, como de efetivo exercício, os afastamentos previstos no artigo 57.

§ 4º — O acesso e a promoção não interrompem a contagem de tempo de serviço para efeito de concessão do quinquênio.

## SEÇÃO II

### DO QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO

Art. 14 — O Quadro Próprio do Magistério compreenderá:

- I — Parte Permanente;
- II — Parte Transitória.

## SUBSEÇÃO I

### DA PARTE PERMANENTE

Art. 15 — A Parte Permanente do Quadro Próprio do Magistério compõe-se dos grupos ocupacionais e séries de Classes codificadas nesta lei, na conformidade das disposições previstas na Lei Federal 5692/71.

Parágrafo único — O número de cargos das séries de classes do Magistério será fixado, considerando o regime de trabalho, as características e as necessidades do Sistema Estadual de Ensino.

Art. 16 — Os cargos da Parte Permanente do Quadro Próprio do Magistério agrupam-se em tabelas distintas, sob o regime deste Estatuto, organizadas segundo o grau de habilitação, complexidade e responsabilidade de suas tarefas e outras características.

Art. 17 — Norma especial fixará, de dois em dois anos, o número de cargos da Parte Permanente do Quadro Próprio do Magistério indispensáveis ao atendimento dos compromissos do Estado no desenvolvimento do ensino de 1.º e 2.º graus, quanto a provimentos por promoção e acesso, para efeito de inclusão na Lei Orçamentária do exercício seguinte.

## SUBSEÇÃO II DA PARTE TRANSITÓRIA

Art. 18 — Ao ser sancionada a presente Lei, os atuais ocupantes de cargos da Parte Permanente e da Parte Suplementar do Quadro Próprio do Magistério, criado pela Lei número 5957, de 20 de junho de 1969, passam a integrar o novo Quadro Próprio do Magistério, constituindo a Parte Transitória.

§ 1.º — Na Parte Transitória do Quadro Próprio do Magistério, agrupam-se, em tabelas próprias, com as amplitudes de carreira e carga horária semanal, constantes do Anexo III:

I — Os cargos e respectivos ocupantes do anterior Grupo Ocupacional M-200 — Magistério Médio — e Grupo Ocupacional EC-500 — Ensino Agrícola — e das Classes de Professor do Ensino Médio, níveis 20, 21 e 22;

II — Os cargos e respectivos ocupantes do anterior Grupo Ocupacional M-300 — Magistério Primário — e das Classes de Professor do Ensino Primário Agrícola sem habilitação, níveis 6, 8 e 9; de Professor do Ensino Primário sem habilitação, níveis 7, 9 e 10; e de Professor do Ensino Primário sem simbologia, níveis 11, 13, 15 e 16;

III — Os cargos e respectivos ocupantes do anterior Grupo Ocupacional M-400 — Magistério Técnico — e das Classes de Assistentes de Educação;

§ 2.º — Os cargos constantes da Parte Transitória ficarão automaticamente suprimidos quando vagarem.

Art. 19 — Aplicam-se aos integrantes da Parte Transitória, no que couber, o presente Estatuto e, subsidiariamente, o Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado (Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970), no que não contrariar os dispositivos desta Lei.

## TÍTULO I DO PROVIMENTO E VAGÂNCIA DOS CARGOS DE MAGISTÉRIO CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20 — Os cargos da Parte Permanente do Quadro Próprio do Magistério são acessíveis a todos os brasileiros, respeitadas as exigências fixadas em Lei.

§ 1.º — Só pode ser provido em cargo de Magistério quem satisfizer os requisitos seguintes:

- I — ser brasileiro;
- II — ter idade mínima de 18 anos e máxima de quarenta e cinco anos até a data da inscrição no concurso;
- III — haver cumprido as obrigações e os encargos militares previstos em Lei;
- IV — estar em gozo dos direitos políticos;
- V — gozar de boa saúde, comprovada mediante inspeção médica de órgão oficial do Estado e de capacidade física para o trabalho;
- VI — ter boa conduta;
- VII — possuir habilitação para o exercício do cargo.

§ 2.º — Não fica sujeito ao limite de idade de que trata o item II, do § 1.º, deste artigo:

- a) ocupante de cargo público;
- b) quem esteja exercendo atividades no Magistério Oficial do Estado.

§ 3.º — A inscrição em concurso, com base no parágrafo anterior, não ensejam acumulação com cargo já ocupado pelo candidato e somente será deferida quando o tempo de serviço ultrapassar o limite máximo de idade fixado no inciso II, do parágrafo 1.º, deste artigo.

Art. 21 — Os cargos da Parte Permanente do Quadro Próprio do Magistério Público, serão providos, atendendo-se ao disposto no artigo 7.º deste Estatuto, por:

- I — nomeação;
- II — promoção;
- III — acesso;
- IV — transferência;
- V — readmissão;
- VI — reintegração;
- VII — aproveitamento;
- VIII — reversão;
- IX — readaptação.

## CAPÍTULO II DOS CONCURSOS

Art. 22 — A realização de concursos públicos para o provimento de cargos cabe ao órgão competente do Poder Executivo.

Art. 23 — A admissão de Professores e de Especialistas de Educação em cargos iniciais do Magistério será feita mediante concurso público de provas e títulos.

Parágrafo único — Os concursos deverão realizar-se de dois em dois anos, salvo necessidade de ensino, pela ocorrência de vagas, e serão de caráter regional ou municipal, nos termos do respectivo regulamento.

Art. 24 — Das instruções para o concurso, entre outros elementos julgados oportunos, deverão constar: o limite de idade dos candidatos, o número de vagas a serem providas, distribuídas por áreas, especialização e alocação, e o prazo da validade do concurso, de dois anos, prorrogável a juízo do Chefe do Poder Executivo.

Art. 25 — Encerradas as inscrições para concurso destinado ao provimento de qualquer cargo da Parte Permanente do Quadro Próprio do Magistério, não se abrirão novas antes de sua realização.

## CAPÍTULO III DAS NOEAMAÇÕES

Art. 26 — As nomeações serão feitas, em caráter efetivo, nos casos de provimento mediante concurso de provas e títulos.

§ 1.º — A nomeação, em caráter efetivo, observará o número de vagas existentes, obedecerá rigorosamente a ordem de classificação no concurso e será feita para a respectiva classe da série de classes, correspondente a seu nível de atuação, atendido o requisito de aprovação em exame de saúde, ressalvado os casos de incapacidade física parcial, que, de acordo com a Lei, não impeçam o exercício do cargo.

§ 2.º — Além dos requisitos previstos no parágrafo anterior, a nomeação depende da prévia verificação, pelo órgão competente, da inexistência de acumulação proibida.

§ 3.º — Os candidatos que obtiverem classificação até o limite de número de cargos, para cujo provimento edital, para escolher, na ordem da respectiva classificação, o estabelecimento complexo-escolar ou centro interescolar indicados onde prestarão serviços.

§ 4.º — A falta de escolha de vaga na data determinada ou o pedido de sustação da nomeação, seja qual for o motivo invocado, importará em renúncia à faculdade de que trata o parágrafo anterior.

## CAPÍTULO IV DA POSSE

Art. 27 — Posse é o ato de investidura em cargo da Parte Per-

manente do Quadro Próprio do Magistério.

Parágrafo único — Dispensa-se a posse nos casos de promoção acesso e reintegração.

Art. 28 — Tem-se por empossado o Professor ou Especialista de Educação após a assinatura de um termo, em que conste o ato que o nomeou e o compromisso de fiel cumprimento dos deveres e atribuições do cargo.

Parágrafo único — É essencial, para validade do termo, que ele seja assinado ao menos pelo nomeado e pela autoridade que der posse, e mencione a exibição dos documentos necessários para o ato.

Art. 29 — São competentes para dar posse:

- a) O Secretário de Estado da Educação e da Cultura aos ocupantes de cargos que lhe sejam diretamente subordinados;
- b) O Diretor Geral da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, ao Professor ou Especialista de Educação do Quadro Próprio do Magistério;
- c) Os Inspectores Regionais de Ensino, por delegação de quem de direito.

Art. 20 — Poderá haver posse por procuração, com poderes expressos quando se tratar de Professor ou Especialista de Educação ausente do País, em missão do Governo, ou ainda, em caso especial, a juízo da autoridade competente.

Art. 31 — A autoridade que der posse verificará, sob pena de responsabilidade, se forem satisfeitas as condições legais para a investidura.

Art. 32 — A posse deve verificar-se no prazo de trinta (30) dias contados da data de publicação do Decreto de nomeação no Órgão Oficial.

§ 1.º — O prazo de que trata este artigo será prorrogável por trinta (30) dias, mediante solicitação escrita do interessado e despacho favorável da autoridade competente para dar posse.

§ 2.º — Não se efetivando a posse, por culpa do nomeado, dentro dos prazos previstos neste artigo, tornar-se-á sem efeito a nomeação.

## CAPÍTULO V DO EXERCÍCIO

Art. 33 — O início, a interrupção e o reinício do exercício obedecerão ao disposto nos Artigos 44 a 52 da Lei número 6174/70.

## CAPÍTULO VI DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 34 — Estágio probatório é o período de dois anos de efetivo exercício, a contar do início deste, durante o qual serão apurados os requisitos necessários à confirmação do Professor ou Especialista da Educação no cargo efetivo para o qual foi nomeado.

§ 1.º — Os requisitos de que trata este artigo são os seguintes:

- I — idoneidade moral;
- II — assiduidade;
- III — disciplina;
- IV — eficiência.

§ 2.º — Quando o Professor ou Especialista da Educação, em estágio probatório, não preencher qualquer dos requisitos enumerados no parágrafo primeiro deste artigo, caberá ao chefe imediato, sob pena de responsabilidade, iniciar o processo competente, dando ciência do fato, por escrito, ao interessado.

§ 3.º — O processo referido no parágrafo anterior, se conformará ao que dispuser a regulamentação própria.

§ 4.º — Se no processo ficar comprovado o não preenchimento das condições do estágio probatório, o Professor ou Especialista de Educação, será exonerado, sob proposta do Secretário de Estado da Educação e da Cultura.

§ 5.º — Sem prejuízo da iniciativa a que se refere o parágrafo anterior deve o chefe imediato do Professor ou Especialista de Educação, em estágio probatório, encaminhar, ao seu superior hierárquico, até sessenta (60) dias antes da conclusão do prazo de estágio, relatório circunstanciado sobre o cumprimento de cada um dos requisitos previstos no parágrafo primeiro, podendo, se for o caso, ser determinada pela autoridade competente, a instauração do processo de que trata o parágrafo segundo deste artigo.

§ 6.º — Na ausência da iniciativa do chefe imediato do estagiário de que tratam os parágrafos 2º e 5º deste artigo, será este automaticamente confirmado no cargo.

## CAPÍTULO VII DA PROMOÇÃO

Art. 35 — A promoção será representada por avanço horizontal, vertical e diagonal.

§ 1.º — O avanço horizontal, feito pelo critério de antigüidade de referência, constitui-se na progressão quinquenal, estabelecida no artigo 80 da presente Lei.

§ 2.º — O avanço vertical é a elevação do Professor ou Especialista de Educação pelo critério exclusivo do merecimento, à classe superior dentro da mesma série de classes ou de um nível de atuação para outro segundo a habilitação do interessado.

§ 3.º — O avanço em diagonal de que trata o artigo 12, efetua-se pelo critério de crédito e constitui-se na elevação do Professor ou Especialista de Educação, dentro da mesma classe, de acordo com a tabela de critérios para promoções, constantes do Anexo IV deste Estatuto.

§ 4.º — Não poderá ser promovido, por avanço vertical ou diagonal, sob qualquer forma, o Professor ou Especialista de Educação em estágio probatório, aposentado em disponibilidade em licença para exercer mandato eletivo ou para tratar de interesses particulares.

§ 5.º — A promoção vertical, por habilitação de uma classe para outra será feita de dois em dois anos.

§ 6.º — O Conselho do Magistério, anualmente, deverá encaminhar em época oportuna, para efeito orçamentário, a relação das alterações decorrentes da modalidade de promoção constante do parágrafo anterior.

§ 7.º — O Professor ou Especialista de Educação, em tempo hábil, deverá apresentar ao Conselho do Magistério os títulos que se fizerem necessários à promoção pleiteada.

Art. 36 — Merecimento é a demonstração positiva, pelo Professor ou Especialista de Educação, durante sua permanência, eficiência, espírito de colaboração e ética profissional, compreensão de deveres e qualificações comprovadas através de cursos ou estágio de aperfeiçoamento, retreinamento, atualização ou especialização para o desempenho das atribuições de classe superior, na forma desta lei.

Parágrafo único — As promoções por merecimento serão processadas na forma do Anexo IV, de dois em dois anos.

Art. 37 — O interstício para concorrer à promoção de uma classe para outra, em função de habilitação, serão de dois anos, satisfeitas as exigências do artigo anterior.

Parágrafo único — Para efeito de enquadramento dos que optarem pelo novo sistema, será computado o tempo de efetivo exercício que o Professor ou o Servidor do antigo Quadro Próprio do Magistério registrar na data da publicação desta lei, bem como se considerará sua maior habilitação profissional específica.

Art. 38 — O Professor ou Especialista de Educação promovido, ocupará na classe superior referência correspondente àquela em que se encontrava na classe inferior, até atingir a referência limite.

Art. 39 — As promoções serão processadas na forma do respec-

tivo Regulamento.

### CAPÍTULO VIII DO ACESSO

Art. 40 — Acesso é a passagem do Professor ou Especialista de Educação, ocupante do cargo que integra série de classes da Parte Permanente do Quadro Próprio do Magistério, ao cargo inicial da série de classes afins, respeitada a habilitação profissional legal.

Parágrafo único — Quando, por acesso, o integrante da Parte Permanente do Quadro Próprio do Magistério retornar à classe que já ocupava, deverá exercer atividade do mesmo nível de atuação anterior.

Art. 41 — Na aplicação do artigo anterior, conservar-se-á a mesma referência em que se encontrava na situação anterior, sem interrupção de contagem de tempo de serviço para efeito de promoção horizontal.

Art. 42 — O acesso aos diversos cargos de classes singulares ou séries de classes da Parte Permanente do Quadro Próprio do Magistério será regulamentado em Atos do Poder Executivo, observado a Lei Federal número 5691/71, o artigo 20 da presente Lei e a Legislação aplicável.

### CAPÍTULO IX DA TRANSFERÊNCIA

Art. 43 — Transferência é a passagem do ocupante de cargo da Parte Permanente do Quadro Próprio do Magistério de uma para outra disciplina, área de estudos ou atividade, no mesmo ou em outro grupo ocupacional.

§ 1.º — Só se permite transferência quando houver vaga remanescente de promoções por merecimento e precedida de concurso de provas e títulos.

§ 2.º — A transferência só poderá ser feita para cargo de mesmo nível de vencimento.

§ 3.º — Atendidas as exigências dos parágrafos anteriores, cumulativamente com as de habilitação e qualificação, poderá haver transferência de Professor ou de Especialista de Educação de função docente para função de Especialista ou vice-versa.

Art. 44 — O tempo de serviço do Professor ou Especialista de Educação transferido, nos termos do artigo anterior, é computado na nova situação para todos os efeitos legais.

### CAPÍTULO X DA REINTEGRAÇÃO

Art. 45 — A reintegração será efetivada com observância dos artigos 106 a 109, da Lei 6174/70.

### CAPÍTULO XI DO APROVEITAMENTO

Art. 46 — Aproveitamento é o reingresso, no Magistério Público, do Professor ou Especialista de Educação em disponibilidade e será efetivado em conformidade com os artigos 110 a 113, da Lei 6174/70.

### CAPÍTULO XII DA REVERSÃO

Art. 47 — Reversão é o reingresso, ao Magistério, do Professor ou Especialista de Educação, aposentado, quando insubsistirem os motivos de aposentadoria, caso haja interesse do ensino, observando-se os artigos 114 a 118, da Lei 6174/70.

### CAPÍTULO XIII DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 48 — Pode haver substituição quando o titular do cargo do Magistério entrar em gozo de licença ou interromper o exercício por prazo superior a quinze (15) dias.

Parágrafo único — A substituição depende de ato da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, dando direito, durante o seu exercício, aos vencimentos fixados em Lei, e durará enquanto subsistentes os motivos que a determinaram.

Art. 49 — As substituições decorrentes da concessão de licença especial serão feitas, preferencialmente, por Professores ou Especialistas de Educação efetivos do mesmo estabelecimento de ensino ou de outros da rede estadual.

### CAPÍTULO XIV DA READAPTAÇÃO

Art. 50 — Readaptação é o provimento do Professor ou Especialista de Educação em cargo mais compatível com a sua capacidade física ou intelectual, podendo ser realizado ex-offício, ou a pedido, conforme os artigos 120, 121 e 122, da Lei 6174/70.

### CAPÍTULO XV DA VACÂNCIA

Art. 51 — A vacância dar-se-á em consequência de:

- I — exoneração;
- II — demissão;
- III — promoção;
- IV — acesso;
- V — transferência;
- VI — aposentadoria;
- VII — falecimento.

§ 1.º — A exoneração do Professor ou do Especialista de Educação dar-se-á:

- I — a pedido;
- II — “ex-offício”, quando não satisfeitas as condições de estágio probatório.

§ 2.º — A demissão é aplicada como penalidade.

### TÍTULO I DOS DIREITOS, VANTAGENS E CONCESSÕES CAPÍTULO I DA REMOÇÃO

Art. 52 — Remoção é a passagem do Professor ou Especialista de Educação de um para outro complexo escolar, centro interestudantil ou estabelecimento de ensino, preenchendo claros, sem que se modifique sua situação funcional.

§ 1.º — Exceto o caso previsto no artigo 56 deste Estatuto, somente serão deferidas as remoções que satisfizerem aos interesses do ensino e da administração.

§ 2.º — Processa-se a remoção:

- I — a pedido:
  - a) por concurso;
  - b) por permuta;
- II — ex-offício, no interesse do ensino.

§ 3.º — A remoção, salvo por permuta e no caso do art. 56 deste Estatuto, será feita durante o período de férias escolares ao fim de cada ano.

§ 4.º — A remoção prevista no inciso II, do parágrafo 2.º deste artigo, somente será efetivada:

- I — de estabelecimento onde existe comprovado excesso para outro onde se verifique comprovada falta de professores e Especialistas de Educação, obedecidos os critérios de menor tempo de serviço no estabelecimento e de classe inferior de situação profissional.
- II — em se tratando de Especialista de Educação não incurso no inciso anterior, após apurado objetivamente o interesse do ensino em processo sumário especial, ouvido o Conselho Superior de Magistério, processo esse cuja decisão é privativa do Secretário de Educação e Cultura.

§ 5.º — Poderá haver permuta entre Professores e Especialistas de Educação, sujeitos à remoção “ex-offício”, no interes-

se do ensino, desde que exista interessado para a vaga a ser preenchida por remoção.

§ 6.º — Em se tratando de cônjuge do sexo feminino, a remoção prevista no inciso II, do § 2.º deste artigo, somente poderá dar-se dentro do mesmo município ou para município de domicílio do marido.

Art. 53 — Só caberá, a pedido, quando formulado para locação em estabelecimento de ensino, centro interescolar, ou complexo escolar situado no mesmo município e pela forma prevista nos parágrafos deste artigo.

§ 1.º — Pelo menos sessenta (60) dias antes da abertura da inscrição para os concursos de ingresso no Magistério ou de remoção de um para outro Município, as vagas existentes serão relacionadas e mediante publicação na Imprensa Oficial, serão postas à disposição dos Professores ou Especialistas de Educação em exercício, por trinta (30) dias.

§ 2.º — Na hipótese de haver mais de um interessado para a mesma vaga, terá preferência o Professor ou Especialista de Educação mais antigo no Magistério e, em igualdade de condições, o mais antigo no Município.

Art. 54 — Salvo o disposto nos Artigos 55 e 56 deste Estatuto, a remoção de Professor ou Especialista de Educação para complexo escolar, centro interescolar ou estabelecimento de ensino situado em outro Município, só poderá ser feita mediante concurso, no qual serão considerados, principalmente, o tempo de serviço no cargo e no Magistério, a assiduidade, os trabalhos e cursos realizados.

§ 1.º — As remoções dos Professores ou Especialistas de Educação em concurso obedecem, rigorosamente, à ordem de classificação.

§ 2.º — O Professor ou Especialista de Educação tem direito à escolha do complexo escolar, centro interescolar ou estabelecimento de ensino que lhe convier, e neste caso, a preferência é dada, também, de acordo com a ordem de classificação.

§ 3.º — Para efeito dos parágrafos anteriores deste artigo, a Secretaria de Estado dos Recursos Humanos ao abrir a inscrição para o concurso de remoção de um para outro Município, publicará no órgão oficial a relação das vagas existentes.

Art. 55 — A remoção por permuta será processada em qualquer época, a pedido de ambos os interessados, em requerimento conjunto.

Art. 56 — As Professoras ou Especialistas de Educação que comprovarem remoção do cônjuge servidor público será assegurado o direito de remoção para complexo escolar, centro interescolar, ou estabelecimento de ensino situado no local para onde tenha sido removido o marido, cabendo à Secretaria de Estado da Educação e Cultura determinar o estabelecimento de ensino onde passará a prestar serviços, observados os interesses do ensino.

§ 1.º — Verificada a hipótese da falta de vagas para a mulher funcionária cujo marido, não sendo servidor público, foi removido ou transferido em razão do seu emprego, terá ela preferência escolar anotada para ocupar a primeira vaga que se abrir, devendo aguardar em exercício o atendimento.

§ 2.º — Se a Professora ou Especialista de Educação casada aceitar nomeação para localidade diversa do domicílio, assegurar-se-á o direito de transferência para Grupo Ocupacional MP-100 - Pessoal Docente, caso possua habilitação profissional legal.

§ 4.º — O Poder Executivo providenciará regulamento para a remoção prevista nesta Lei.

## CAPÍTULO I DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 57 — Na contagem de tempo de serviço para perfazer o quinquênio só serão computados como de efetivo exercício, os afastamentos em virtude de:

I — férias;

II — casamento, até oito dias;

III — luto por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe e irmão, até oito dias;

IV — trânsito;

V — juri e outros serviços obrigatórios por lei;

VI — convocação para estágio militar de oficiais de reserva;

VII — exercício de função do governo ou administração em qualquer parte do território estadual por nomeação do Chefe do Poder Executivo.

VIII — missão ou estudo no exterior ou em qualquer parte do território nacional, quando o afastamento houver sido autorizado pelo Chefe do Poder Executivo;

IX — licença especial;

X — licença a funcionário que sofrer acidente no trabalho ou for atacado de doença profissional;

XI — licença para tratamento de saúde;

XII — licença à funcionária gestante;

XIII — exercício de cargo ou função do governo ou administração, por designação do Presidente da República ou através de mandato eletivo, na administração pública federal, estadual e municipal, inclusive autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações instituídas pelo Poder Público;

XIV — mandato legislativo da União, dos Estados e dos Municípios;

XV — faltas até o máximo de três (03) durante o mês, por motivo de doença comprovada na forma regulamentar;

XVI — licença para tratamento de interesses particulares, desde que estas licenças não ultrapassem de noventa (90) dias durante um quinquênio;

XVII — licença compulsória;

XVIII — licença por motivo de doença em pessoas da família: cônjuge, filhos, pai, mãe ou irmão até noventa (90) dias num quinquênio;

XIX — faltas não justificadas não excedentes de sessenta (60) dias, durante um quinquênio.

Art. 58 — Aplicam-se no artigo anterior todas as disposições previstas pelos parágrafos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º dos artigos 128, 129, 130, 131, 132, 133 da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970.

## CAPÍTULO II DA ESTABILIDADE

Art. 59 — Estabilidade é a situação adquirida pelo Professor ou Especialista de Educação efetivo, após o cumprimento dos requisitos atinentes ao estágio probatório, e pelo Professor que tendo estado em exercício nas respectivas funções a 24 de janeiro de 1967, contava cinco (05) anos de serviço público até 15 de março de 1967, conforme estabelece a Lei número 19/76, e que lhes garantem a permanência no cargo, dele só podendo ser demitido em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de decisão em processo administrativo, em que lhe tenha sido assegurado ampla defesa.

Parágrafo único — a estabilidade referida neste artigo é adquirida nos termos dos artigos 135, 136 e 137, da Lei 6174/70.

## CAPÍTULO IV DAS FÉRIAS

Art. 60 — As férias do Professor ou Especialista de Educação serão de sessenta (60) dias, dos quais pelo menos trinta (30) consecutivos, usufruídos em período de recesso escolar, segundo escala elaborada no mês de dezembro de

cada ano, pelo Diretor da Unidade, Centro Interestadual ou Complexo Escolar de forma a atender às necessidades didáticas e administrativas.

Art. 61 — O chefe da repartição ou o diretor do Complexo da Unidade Escolar não será compreendido na escala de férias.

Art. 62 — É proibida a acumulação de férias, salvo por imperiosa necessidade do serviço e pelo máximo de dois (02) anos.

Art. 63 — Aplicam-se a este capítulo os dispositivos dos artigos 150, 151, 152, 153, 154, 155, da Lei número 6174, de 11 de novembro de 1970.

#### CAPÍTULO V DAS LICENÇAS

Art. 64 — Conceder-se-á licença ao Pessoal do Magistério, nos termos previstos na Lei 6174/70.

#### CAPÍTULO VI DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 65 — É assegurado ao Professor ou Especialista de Educação, nos termos da Lei 6174/70.

I — o direito de requerer ou representar;

II — o direito de pedir reconsideração de ato ou decisão proferida em primeiro despacho definitivo.

Parágrafo único — O direito de pleitear na esfera administrativa prescreverá:

- a) em cinco anos, quanto aos atos de que decorram demissão, aposentadoria, ou sua cassação e disponibilidade.
- b) cento e vinte (120) dias, nos demais casos.

#### CAPÍTULO VII DA DISPONIBILIDADE

Art. 66 — Disponibilidade é o afastamento do Professor ou Especialista de Educação efetivo, em virtude da extinção do cargo ou da declaração de sua desnecessidade, prevista nos artigos 146, 147, 148, da Lei 6174/70.

#### CAPÍTULO VIII DA APOSENTADORIA

Art. 67 — O Professor ou Especialista de Educação será aposentado:

I — invalidez;

II — voluntariamente, após trinta e cinco (35) anos de serviço;

III — compulsoriamente, aos setenta (70) anos de idade.

§ 1.º — No caso do inciso II, o prazo é reduzido para trinta (30) anos para as mulheres.

§ 2.º — O Professor ou Especialista de Educação, nomeado em dois cargos, quando aposentado em um deles, poderá, a pedido, ser aposentado no segundo cargo, proporcionalmente, quando atingir 25 (vinte e cinco) anos de exercício nesse cargo.

Art. 68 — Os proventos da aposentadoria são integrais quando:

- I — o Professor e o Especialista de Educação contar trinta e cinco anos de serviço, se do sexo masculino, e trinta anos de serviço, se do sexo feminino;
- II — o Professor ou o Especialista de Educação se invalidar por acidente ocorrido no serviço, por moléstia profissional ou por doença contagiosa ou incurável, especificada no artigo 232 da Lei n.º 6174/70.

Art. 69 — São proporcionais ao tempo de serviço os proventos de aposentadoria nos demais casos, calculada a proporcionalidade da seguinte forma:

I — 1 a 5 anos: 16 por cento;

II — 5 a 10 anos: 34 por cento;

III — 10 a 15 anos: 50 por cento;

IV — 15 a 20 anos: 70 por cento;

V — 20 a 25 anos: 85 por cento;

VI — 25 a 35 anos: 100 por cento.

Art. 70 — As demais disposições são as previstas nos artigos 138 a 145 da Lei 6174 de 16/11/70.

#### CAPÍTULO IX

##### DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 71 — Vencimento é a atribuição pecuniária paga ao Professor ou Especialista de Educação, pelo efetivo exercício do cargo, correspondente à Classe fixada em Lei.

Art. 72 — Haverá uma tabela única de valores e classes, correspondendo iguais classes de vencimento, independentemente do nível em que atuar o Professor ou Especialista de Educação.

Parágrafo único — qualquer aumento ou abono concedido ao funcionalismo em geral será extensivo ao pessoal do Magistério.

Art. 73 — Perderá o vencimento do cargo que detiver, o Professor ou Especialista de Educação nomeado para cargo em comissão, cujo exercício o obrigue a um número de horas semanais de trabalho igual ou superior ao que já esteja designado dentro do mesmo horário.

Parágrafo único — Ao Professor ou Especialista de Educação nomeado para o exercício de cargo em comissão é facultado optar pelo vencimento deste cargo ou pela percepção do vencimento e demais vantagens do seu cargo efetivo, acrescido de gratificação fixa correspondente a vinte por cento do valor do símbolo do cargo em comissão respectivo.

Art. 74 — Ressalvadas as permissões contidas neste Estatuto, e outras previstas em Lei, a falta ao serviço acarretará desconto proporcional ao vencimento mensal do Professor ou Especialista de Educação.

Parágrafo único — Para esse efeito, considerar-se-á serviços além das atividades letivas propriamente ditas, o comparecimento a reuniões e atividades estabelecidas em Regimento, e para as quais o Professor ou Especialista de Educação terá de ser formalmente convocado, com antecedência nunca inferior a quarenta e oito (48) horas.

Art. 75 — Para o desconto proporcional, referido no artigo anterior, observar-se-á as regras seguintes:

I — no caso do Especialista de Educação, atribuir-se-á um dia de serviço no valor de um trinta avos (1/30) de seu vencimento mensal;

II — no caso do Professor, considerar-se-á a unidade hora-aula, atribuindo-se-lhe o valor da divisão do vencimento mensal, respectivo pelo número de aulas semanais obrigatórias multiplicadas por quatro e meio (4,5).

Parágrafo único — No caso do inciso I, se ocorrer atraso de até uma hora em relação ao início do expediente, ou, ainda, saída antecipada de até uma hora, o Especialista de Educação em qualquer das hipóteses, sofrerá desconto de um terço (1/3) de seu vencimento diário.

Art. 76 — Ainda que tenha sofrido desconto em seus vencimentos, por faltas, não se ressarcirá o Professor por aula, atividade de recuperação ministrada em obediência ao calendário escolar ou outras exigências do ensino.

Art. 77 — Para efeito de pagamento, apurar-se-á a frequência pelo ponto a que ficam obrigados todos os que exercem cargos de Magistério.

Parágrafo único — Salvo casos expressamente previstos em Lei, é vedado dispensar o Professor do registro de frequência ou abonar faltas ao serviço.

Art. 78 — Observadas as prescrições legais, serão determinados pelos órgãos competentes:

I — o período de trabalho diário no estabelecimento de ensino, complexo escolar ou centros interestaduais.

II — o número de horas diárias de trabalho para cada cargo,

Parágrafo Único — Os Diretores de Unidades Escolares, Centros Interescolares ou Complexos Escolares não estão obrigados ao registro de frequência, em virtude de suas atribuições.

Art. 79 — As reposições devidas pelo Professor ou Especialista de Educação e as indenizações por prejuízo que causar à Fazenda Estadual, serão descontadas, não podendo o desconto mensal exceder a um quinto (1/5) do vencimento respectivo.

Parágrafo Único — Nos casos de comprovada má-fé, a reposição deverá ser feita de uma só vez, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

Art. 80 — O vencimento do Professor ou Especialista de Educação não poderá ser objeto de arresto, sequestro ou penhora, salvo quando se tratar de prestação de alimentos, na forma da legislação em vigor.

### CAPÍTULO X DAS VANTAGENS

Art. 81 — Além do vencimento do cargo, o Professor ou Especialista de Educação poderá receber as vantagens seguintes:

- I — gratificações;
- II — ajuda de custo;
- III — diárias;
- IV — salário-família;
- V — auxílio doença.

### SESSÃO ÚNICA DAS GRATIFICAÇÕES

Art. 82 — Conceder-se-á gratificação ao Professor ou Especialista de Educação:

- I — como adicional por tempo de serviço, na forma estabelecida em Lei;
- II — pelo exercício em escolas de educação especial e em Classe de alfabetização;
- III — quando designado para exercer, fora do período normal ou extraordinário de trabalho remunerado a que estiver sujeito, às funções de auxiliar ou membro de bancas ou comissões de concurso público;
- IV — pelo exercício do encargo como auxiliar ou professor em curso legalmente instituídos sempre que realizar a atividade excedente de suas horas regulares de trabalho.

Art. 83 — O Professor ou Especialista de Educação obterá gratificação, por tempo de serviço, à base:

- I — de vinte e cinco por cento após completar vinte e cinco anos de serviço observado o disposto no parágrafo primeiro do artigo 13, deste Estatuto;
- II — ao completar trinta (30) anos de exercício, cinco por cento ao ano excedente, até o máximo de vinte e cinco por cento.

Parágrafo Único — A incorporação da gratificação adicional será imediata, inclusive para efeito de aposentadoria, e computada igualmente sobre as alterações havidas nos vencimentos.

Art. 84 — A gratificação adicional por tempo de serviço será concedida ao professor ou Especialista de Educação somente se estável no serviço público.

Art. 85 — O Professor ou Especialista de Educação que exceder cumulativamente mais de um cargo terá direito à gratificação adicional por tempo de serviço em relação a cada um deles, mas os períodos de uma concessão considerados para nova concessão em outro cargo.

Art. 86 — Pelo exercício em escola de Educação Especial e em classe de alfabetização o professor, com habilitação específica desta área, perceberá uma gratificação especial

correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, incorporável aos seus proventos de aposentadoria, se houver exercido por um período não inferior a cinco anos consecutivos.

Art. 87 — O Chefe do Poder Executivo arbitrar, por Decreto o valor e especificará competência para atribuições de gratificações que não tenham sido previamente regulamentadas em Lei.

Art. 88 — A aula extraordinária passará a ter valor fixado em função dos níveis do Plano de Classificação de Cargos, observados os critérios seguintes:

I — Um noventa e nove avos (1/99) do nível "1" de Parte Permanente do Quadro Próprio do Magistério, ao Professor:

- a) com formação pedagógica até segundo grau,
- b) acadêmico de curso superior de formação pedagógica;
- c) não incluído nos incisos seguintes.

II — Um noventa e nove avos (1/99) do nível "3" da Parte Permanente do Quadro Próprio do Magistério, ao Professor:

- a) com licenciatura de curta duração;
- b) portador de registro "D" do Ministério da Educação e Cultura, não licenciado;

III — Um noventa e nove avos (1/99) do nível "5", da Parte Permanente do Quadro Próprio do Magistério, ao Portador de Licenciatura plena.

§ 1.º — A aula extraordinária somente será devida para aulas e atividades desenvolvidas a partir da 5ª série do 1.º grau inclusive, até a última série do 2.º grau.

§ 2.º Na proposta de aulas extraordinárias, os Diretores de Estabelecimentos de ensino deverão anexar o comprovante de maior habilitação profissional de cada professor, ficando a critério do órgão competente a determinação do valor da aula, na forma deste artigo.

### SEÇÃO SEGUNDA DAS DEMAIS VANTAGENS

Art. 89 — Aplicam-se às demais vantagens relacionadas no art. 81 desta Lei os dispositivos contidos nas Seções Quarta, Quinta, Sexta e Oitava, do Capítulo VIII, Título V, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, no que couber.

### CAPÍTULO XI DO AUXÍLIO FUNERAL

Art. 90 — O auxílio funeral será o previsto nos artigos 205, 206 e 207 da Lei 6174/70.

### CAPÍTULO XII DAS DISTINÇÕES E LOUVORES

Art. 91 — Ao Professor ou Especialista de Educação que haja prestado serviços relevantes à causa do ensino, da pesquisa e da Educação, conceder-se-á após a sua aposentadoria o título de Professor Emérito.

Parágrafo único — O título simboliza o reconhecimento da relevância dos serviços prestados - e, levará a denominação de Medalha de Professor Emérito, com características e inscrições alusivas.

Art. 92 — Cabe ao Conselho do Magistério, a iniciativa da Proposta de Concessão da Medalha de Professor Emérito, observado o processo estabelecido em Regulamento.

Art. 93 — O Professor ou Especialista de Educação, no exercí-

cio do cargo, que o destacar por trabalhos importantes, quer sob o aspecto profissional, quer sob o aspecto humano e social, será distinguido por ato público de louvor.

## TÍTULO VI

### DO REGIME DISCIPLINAR

#### CAPÍTULO I

#### DAS ACUMULAÇÕES

Art. 93 — Aplicam-se ao Capítulo das Acumulações os dispositivos contidos nos artigos 272, 273, 274, 275, 276 e 278 e seus respectivos incisos e parágrafos, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

#### CAPÍTULO II

#### DOS DEVERES E PROIBIÇÕES

Art. 94 — O Professor ou Especialista de Educação tem o dever constante de considerar a relevância social de suas atribuições, cabendo-lhe manter conduta moral funcional e profissional adequada à dignidade do Magistério, observando as normas seguintes:

I — quanto aos deveres:

- a) cumprir as ordens dos superiores hierárquicos;
  - b) manter espírito de cooperação e solidariedade com os colegas;
  - c) utilizar processos de ensino que não afastem do conceito atual de educação e aprendizagem;
  - d) incutir nos alunos, pelo exemplo, o espírito de solidariedade humana, de justiça e cooperação, o respeito às autoridades constituídas e o amor à Pátria;
  - e) empenhar-se pela educação integral do educando;
  - f) comparecer ao estabelecimento de ensino, às horas de trabalho ordinário que lhe forem atribuídas e, quando convocado às de extraordinário, bem como às comemorações cívicas e outras atividades, executando os serviços que lhe competirem;
  - g) sugerir providências que visem a melhoria do ensino e o seu aperfeiçoamento;
  - h) participar no processo de planejamento de atividades relacionadas com a educação para o estabelecimento de ensino em que atuar;
  - i) zelar pela economia de material do Estado e pela conservação do que for confiado à sua guarda e uso;
  - j) guardar sigilo sobre assuntos do estabelecimento de ensino que não devam ser divulgados;
  - l) tratar com urbanidade as partes, atendendo-as sem preferências;
  - m) frequentar, quando designado, cursos legalmente instituídos, para aperfeiçoamento profissional;
  - n) apresentar-se decentemente trajado em serviço ou com uniforme que for destinado para cada caso;
  - o) providenciar para que esteja sempre em ordem, no assentamento individual, sua declaração de família;
  - p) atender prontamente, com preferência sobre qualquer outro serviço, as requisições de documentos, informações ou providências que lhe forem feitas pelas autoridades judiciárias, para defesa do Estado em juízo;
  - q) proceder, na vida pública e privada, de forma a dignificar sempre a função pública;
  - r) levar ao conhecimento da autoridade superior irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ou função;
  - s) submeter-se a inspeção médica que for determinada pela autoridade competente;
- II) Quanto às proibições:
- a) referir-se desrespeitosamente, por qualquer meio, às autoridades constituídas e aos atos da administração,

podendo porém, em trabalho devidamente assinado, criticá-los de maneira elevada, impessoal e construtiva, do ponto de vista doutrinário e da organização e eficiência do serviço do ensino;

- b) promover manifestações de apreço ou desapreço, dentro do estabelecimento de ensino, ou tornar-se solidário com as mesmas;
  - c) exercer comércio entre os colegas de trabalho, promover ou subscrever listas de donativos ou praticar a usura em qualquer de suas formas;
  - d) exercer atividades político-partidárias dentro do estabelecimento de ensino;
  - e) fazer contratos de natureza comercial ou industrial com o Governo, para si mesmo ou como representante de outrem;
  - f) requerer ou promover a concessão de privilégios, garantias de juros ou favores idênticos, na esfera federal, estadual ou municipal, exceto privilégio de isenção própria;
  - g) ocupar cargo ou exercer funções em empresas, estabelecimentos ou instituições que mantenham relações contratuais ou dependência com o Governo do Estado;
  - h) aceitar representações de Estados Estrangeiros;
  - i) incitar greves ou aderir a elas;
  - j) retirar, sem prévia permissão da autoridade competente qualquer documento ou material existente no estabelecimento de ensino;
  - l) receber comissões, presentes e vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
  - m) exercer comércio ou participar de atividades comerciais, exceto como acionista, cotista ou comandatário;
  - n) cometer a outra pessoa, fora dos casos previstos em Lei, o desempenho do encargo que lhe compete;
  - o) participar, enquanto na atividade, de diretoria, gerência administração, conselho técnico ou administrativo de empresa ou sociedade comercial ou industrial, quando contratante ou concessionário de serviço público estadual ou fornecedora de equipamento, material, de qualquer natureza ou espécie a qualquer órgão estadual, mesmo como procurador.
- Parágrafo único — Não está compreendida na proibição do inciso II, alínea g, deste artigo, a participação do Professor ou Especialista de Educação em cooperativas e associação de classe, na qualidade de associado ou dirigente.

#### CAPÍTULO III

#### DO APERFEIÇOAMENTO E DA ESPECIALIZAÇÃO

- Art. 95 — É dever inerente ao Professor ou Especialista de Educação diligenciar seu constante aperfeiçoamento profissional e cultural.
- Art. 96 — O Professor ou Especialista de Educação é obrigado a frequentar cursos de aperfeiçoamento ou de especialização profissional para os quais seja expressamente designado ou convocado pela Secretaria de Estado da Educação e da Cultura.
- Art. 97 — Incluem-se nestas obrigações quaisquer modalidades de reuniões para estudos e debates promovidos ou reconhecidos pela Secretaria de Estado da Educação e da Cultura.
- Art. 98 — Para o Professor ou Especialista de Educação possa ampliar sua cultura profissional, o Estado promoverá a organização:
- I — do sistema de bolsas de estudo, no País ou no exterior;
  - II — de cursos de aperfeiçoamento e especialização sobre novas técnicas e novas orientações pedagógicas aplicá-

cáveis às distintas atividades, áreas de estudo ou disciplina;

III - de cursos de aperfeiçoamento em administração, supervisão, planejamento, orientação educacional, inspeção, e outras técnicas que visem às necessidades educativas do Estado.

Art. 99 - Serão observadas, quanto ao aspecto financeiro dos estímulos, as normas seguintes:

I - serão inteiramente gratuitos os cursos para os quais o Professor ou Especialista de Educação tenha sido expressamente designado ou convocado.

II - a concessão de bolsas de estudo e autorização para participar em cursos fora do Estado ou no exterior, com recursos do Estado, será feita de modo a proporcionar igual oportunidade de preferência a todos os interessados;

III - o Estado poderá conceder facilidades, inclusive financeiras supletivas, ao Professor ou Especialista de Educação que, por iniciativa própria, tenha obtido bolsa de estudo ou inscrição em cursos fora do Estado ou no exterior, desde que a modalidade de que trate seja correlata à sua formação e atividade profissional no Magistério, à juízo da Secretaria da Educação e da Cultura.

Art. 100 - Sob proposta do Secretário de Estado da Educação e da Cultura, o Chefe do Poder Executivo poderá conceder auxílios financeiros para qualquer atividade em que, ao seu arbítrio, reconheça o interesse de aperfeiçoamento ou especialização, tais como viagens de estudo em grupos de professores, congressos, encontros, simpósios, convenções, publicações técnico-científicas ou didáticas e similares.

Art. 101 - Os diplomas, certificados de aproveitamento, atestados de frequência fornecidos pelo órgão responsável pela administração do curso e bolsa de estudo, influem como títulos nos concursos em geral e nas promoções e acessos de classe em que esteja interessado o seu portador.

#### CAPÍTULO IV DA RESPONSABILIDADE

Art. 102 - Pelo exercício irregular de suas atribuições, o Professor ou Especialista de Educação responde civil, penal e administrativamente, nos termos dos artigos 286 a 290, da Lei 6174/70.

#### CAPÍTULO V DAS PENALIDADES

Art. 103 - São penas disciplinares as previstas no artigo 291, aplicáveis as demais disposições do Capítulo VI, do Título VIII, da Lei n.º 6174/70.

#### TÍTULO VII DA AÇÃO DISCIPLINAR CAPÍTULO I

##### DO ÓRGÃO DA AÇÃO DISCIPLINAR

Art. 104 - O Conselho do Magistério é o órgão da ação disciplinar do Pessoal do Magistério, cumprindo-se em geral, velar pela perfeita observância dos preceitos deste Estatuto quer sob o aspecto ético quer sob o aspecto funcional.

#### SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO

Art. 105 - O Conselho do Magistério Estadual de Educação;  
II - dois indicados pelo Secretário da Educação e da Cultura;  
III - dois indicados pelos órgãos de classe;  
IV - três eleitos pelos seus pares.

§ 1.º - No caso do inciso III, deverão ser indicados Professores ou Especialistas de Educação, sendo um de 1.º grau e um de 2.º grau;

§ 2.º - O regulamento atribuirá à Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, a incumbência de realizar as eleições a que se refere o inciso IV deste artigo.

106 - O Conselho do Magistério terá material de expediente, recursos financeiros e pessoal administrativo necessários ao seu funcionamento, oriundos da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, e pessoal de assessoramento designado pelo Secretário de Estado da Educação e da Cultura.

Art. 107 - Na primeira composição do Conselho do Magistério, observar-se-ão três mandatos de um ano, dois de dois anos e dois de três anos, sendo da competência do Secretário de Estado da Educação e da Cultura, decidir o mandato de cada Conselheiro.

Art. 108 - Os demais mandatos serão todos de três anos garantindo-se a renovação anual de um terço de seus membros.

#### SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA

Art. 109 - Compete ao Conselho do Magistério:

I - conhecer;

a) das infrações a deveres e proibições;

b) das representações;

c) das reclamações sobre classificação em concursos;

d) da organização das listas de promoção;

e) da preterição de preferência legal;

II - apurar responsabilidades::

III - propor ao Secretário de Estado da Educação e da Cultura a concessão de Medalha de Professor Emérito e a expedição de ato público de louvor;

IV - organizar o seu Regimento.

Parágrafo único - Compete ainda ao Conselho do Magistério, como extensão natural de seus fins, conhecer de infrações a deveres e proibições e das responsabilidades do servidor público em geral, alocado em estabelecimento de ensino, complexo escolar ou centro interestadual ou órgão da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, desde que envolvam participação do Professor ou Especialista de Educação.

Art. 110 - A competência conferida ao Conselho do Magistério inclui a de opinar nos processos administrativos decorrentes de infração a deveres e proibições e a apurar responsabilidades, cabendo ao Chefe do Poder Executivo ou ao Secretário de Estado da Educação e da Cultura, conforme o caso, baixar os atos administrativos da aplicação das penas.

#### SESSÃO III DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 111 - O Conselho do Magistério é presidido por um de seus membros com mandato de um ano, coincidente com o ano civil.

Parágrafo Único - O Presidente é eleito na primeira sessão de cada ano, através de escrutínio secreto e sob a Presidência de seu membro mais idoso presente, que também o substituirá em todas as suas faltas e impedimentos.

Art. 112 - Compete ao Presidente do Conselho do Magistério:  
I - administrar os serviços do Conselho do Magistério, compreendendo o pessoal administrativo, o material de expediente e os recursos financeiros a cargo do Conselho;  
II - representar o Conselho perante o serviço público, as partes e terceiros;

- III — referendar todas as resoluções e recomendações adotadas pelo Conselho;
  - IV — designar os relatores dos feitos, na ordem de apresentação das denúncias ou queixas, das representações e reclamações obedecendo à ordem crescente de idade dos membros do Conselho;
  - V — cumprir as atribuições a seu encargo, previstas neste Estatuto e em legislação complementar.
- Art. 113 — O Conselho do Magistério se reúne, ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente por convocação de seu Presidente ou de dois terços de seus membros conforme impuser a necessidade de serviço.
- Art. 114 — O exercício de funções no Conselho do Magistério constitui serviço público relevante.
- Art. 115 — O Conselho do Magistério será regulamentado no prazo de 180 dias a partir da publicação desta Lei, por Decreto do Poder Executivo, em que se estabelecerão as normas de funcionamento e as atribuições complementares.

### TÍTULO VIII

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

- Art. 116 — O Dia do Professor — 15 de outubro — será assinalado com solenidades que proporcionem a confraternização do Pessoal do Magistério, sempre que possível realizadas através de entidades reconhecidas pelo Poder Público.
- Art. 117 — O Estado assegurará:
- I — Os limites recomendados pelas normas pedagógicas para lotação de alunos nas classes;
  - II — O estímulo às publicações periódicas, à publicação de livros, à pesquisa científica e produções similares, quando contribuírem para a educação e a cultura.
  - III — Estímulo à vida associativa, a recreativa dos Professores ou Especialistas de Educação através de suas associações de classe.
  - IV — A remuneração condigna ao Professor e ao Especialista de Educação, adequada à profunda relevância social de suas atribuições.
- Art. 118 — O Poder Executivo baixará normas relativas ao pessoal do Grupo Ocupacional M-100 — Magistério Superior, remanescente da Lei 5957, de 20 de junho de 1969.
- Art. 120 — No prazo de cento e oitenta (180) dias, contados da data da Publicação desta Lei, a Secretaria de Estado de Recursos Humanos, deverá:
- a) providenciar o levantamento dos Professores ou Especialistas de Educação que estejam prestando serviços não vinculados à Cultura, à Educação, ao Ensino e à Pesquisa;
  - b) dar prazo, não inferior a sessenta (60) dias, aos Professores e Especialistas de Educação referidos na alínea "a" deste artigo, para que optem pelo retorno ao exercício efetivo do Magistério;
  - c) abrir inscrições aos remanescentes para as provas de habilitação necessária à readaptação em séries de classes do Quadro Único dos Funcionários Civis do Estado do Paraná, compatíveis com as funções que se encontrem exercendo;
  - d) compatibilizar, através do regulamento próprio, as opções e acumulações decorrentes da aplicação deste Estatuto.
- Art. 121 — Após a vigência da presente Lei, instituidora do Estatuto do Magistério, todos os atuais integrantes das classes que compõem o atual Quadro Próprio do Magistério (Parte Permanente e Parte Suplementar) passarão a integrar a Parte Transitória do novo Quadro Próprio do Magistério.
- Art. 122 — A Parte Transitória do novo Quadro Próprio do Magistério terá as amplitudes de carreira constantes do

Anexo III com observância das cargas horárias semanais ali estabelecidas.

- Art. 123 — Qualquer integrante de Classes da Parte Transitória poderá requerer enquadramento em classes da Parte Permanente (Pessoal Docente e Pessoal Especialista), desde que satisfaça as exigências legais e condições previstas para o exercício da classe que pleitear.
- § 1.º — O enquadramento de integrante da Parte Transitória em classe da Parte Permanente far-se-á observando os seguintes critérios:
- I — para a classe imediatamente inferior, em caso de vaga na classe de sua habilitação profissional maior específica;
  - II — para a classe imediatamente inferior, em caso de falta de vaga na classe de sua habilitação profissional maior específica;
  - III — nos casos de empate, prevalecerá:
    - a) tempo de serviço efetivo no ensino público estadual;
    - b) o mais idoso.
- § 2.º — Após o enquadramento, exigir-se-á interstício de dois (2) anos, nos termos do art. 37 desta Lei.
- Art. 124 — Aos Professores e Especialistas de Educação que optarem pela permanência na Parte Transitória, aplicar-se-ão as disposições de promoções verticais, horizontais, e em diagonal, segundo o regulamento próprio.
- Art. 125 — Os atuais ocupantes de cargos de Professor de Ensino Médio (licenciado), nível 22, 23 e 24, serão enquadrados "ex-officio" nos cargos de Professor licenciado de Ensino Médio do Quadro Próprio do Magistério nos níveis 23, 24 e 25 respectivamente com elevação da carga horária semanal de 10 (dez) para 14 horas, na proporção de 12,2 isto é, 12 horas de atividade dentro de classe e 2 horas fora de classe.
- § 1.º — Os atuais ocupantes de Cargos de Professor de Ensino Médio, não licenciados, e de Professor de Ensino Médio Agrícola que se encontram nos níveis 20, 21, 22, 23 e 24, serão enquadrados, "ex-officio" nos cargos de Professor de Ensino Médio da Parte Transitória do novo Quadro Próprio do Magistério, nos níveis 21, 22, 23, 24 e 25, respectivamente, com carga horária semanal de 14 horas, na proporção de 12,2.
- § 2.º — Os atuais ocupantes de cargos de Professor de Ensino Médio, níveis 20, 21, 22, que comprovarem possuir curso de licenciatura plena concluída até o ano letivo de 1976 inclusive, serão enquadrados, "ex-officio", no Quadro de Professor Licenciado do Ensino Médio da Parte Transitória do novo Quadro Próprio do Magistério nos níveis 23, 24 e 25, respectivamente, com elevação da carga horária de dez (10) para 14 horas, na proporção 12,2, exceção feita aos licenciados que concluírem seus cursos antes da realização do concurso de janeiro de 1971, para provimento de cargos de Professor de Ensino Médio (licenciado), nível 22, aos quais fica assegurado o direito ao enquadramento no cargo de Professor de Ensino Médio, nível 25.
- § 3.º — Os atuais ocupantes de cargos de Professor de Ensino Primário Agrícola, níveis 10, 12, 14 e 15, de Professor de Ensino Primário Sem Habilitação, níveis 07, 09 e 10 e de Professor do Ensino Primário Sem Simbologia, níveis 11, 13, 15 e 16 serão enquadrados "ex-officio" no cargo de Professor do Ensino Primário, nível 18.
- Art. 126 — Ficam enquadrados em Cargos de Professor, Grupos Ocupacionais MPT-103, MPT-104, e MPT-105, níveis 3, 4 e 5, da Carreira do Magistério Público, de que trata este Estatuto, os professores estáveis nos termos do § 2.º do art. 177 da Constituição do Brasil, de 1967, combinado com a Lei Estadual número 6819, de julho de 1976, atendidas as exigências de habilitação legal e espe-

cífica, ou que sejam portadores de Registro Definitivo no MEC, expedido antes da vigência da lei Federal de 11 de agosto de 1971.

Art. 127 — Aos integrantes das classes que compõem a Parte Transitória do novo Quadro Próprio do Magistério, aplicar-se-á, no que couber, o presente Estatuto do Magistério.

Parágrafo único — O Chefe do Poder Executivo, sob proposta da Secretaria da Educação e da Cultura, baixará por decreto, dentro de sessenta (60) dias a definição jurídica prevista do presente artigo.

Art. 128 — Os atuais integrantes da classe de orientador Educacional, níveis 23 e 24, portadores de diploma de nível Universitário, serão enquadrados, "ex-officio", no cargo de Orientador Educacional (Código MPE-202), níveis 3, 4 e 5 respectivamente, mediante decreto do chefe do Poder Executivo, remanescendo na Parte Transitória os que não satisfizerem as condições do presente artigo.

Art. 129 — As novas amplitudes das séries de classes constantes da Parte Transitória do novo Quadro Próprio do Magistério instituído por esta Lei, terão vigência a partir de 01 de janeiro de 1977, na forma prevista pelo Anexo III e Disposições Complementares constantes dos artigos 122, 125 e 127.

Art. 130 — As despesas decorrentes da implantação dos Quadros Próprios do Magistério da Parte Permanente e da Parte Transitória serão atendidas pelos recursos próprios do Estado, aliados aos recursos federais de que tratam os artigos 52 e 75, e respectivos parágrafos da Lei Federal número 5692/71.

Art. 131 — O Professor ou Especialista de Educação, integrante dos Quadros Próprios do Magistério da Parte Permanente e Transitória instituída por este Estatuto, ficará sujeito ao horário de trabalho previsto no parágrafo 01, do artigo 53 da Lei número 6174/70, quando estiver desviado de suas funções, para fora do sistema estadual de ensino.

Art. 132 — Deverão ser objetos de regulamentação pelo Poder Executivo, os artigos 77 e 79 da Lei Federal número 5692, de 11 de agosto de 1971.

Art. 133 — Parágrafo único — Os Professores e Especialistas de Educação previstos neste artigo deverão ser contratados sob o regime de Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 133 — Para os serviços de natureza administrativa de apoio à Cultura, à Educação, ao Ensino e à Pesquisa, serão criados pelo Poder Executivo, os cargos julgados necessários.

Art. 134 — Dentro de cento e oitenta (180) dias, a contar da data da publicação da presente Lei, a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura promoverá estudos relacionados com a Classificação de todos os complexos escolares, centros interescolares e unidades escolares, por entrâncias ou por zoneamento, para fins de remoção.

Art. 135 — Os integrantes da Parte Permanente do Quadro Próprio do Magistério bem como os da Parte Transitória, de que trata a presente Lei, não poderão ser colocados à disposição de órgãos estranhos à Cultura, à Educação ao Ensino e à Pesquisa.

Art. 136 — Ficam revogadas as Leis números 5871, de 06 de novembro de 1968 e a Lei número 5957, de 20 de junho de 1969.

Art. 137 — O Professor ou Especialista de Educação efetivo do Quadro Próprio do Magistério, de qualquer grau de ensino, terá direito por ocasião de sua aposentadoria os proventos iguais aos valores do maior símbolo, se houver exercido pelo menos um mandato completo de CONSELHEIRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, para o qual lhe tenha sido outorgado pelo Governador do Estado.

Art. 138 — O estrangeiro poderá, em caráter excepcional, exercer cargo de professor, tendo em vista as peculiaridades científicas de seu conhecimento e proveito para o ensino, educação em cada caso, respeitada a Lei Federal aplicável ao mesmo.

Art. 139 — As associações de Professores do Paraná (APPs), entidades de direito Privado, com sedes nas cidades de Curitiba (1a), Ponta Grossa (2a), Londrina (3a), Maringá (4a), Mandaguari (5a), Cambará (6a), Guarapuava (7a), União da Vitória (8a), Paranavaí (9a), Foz do Iguaçu (10a), Pato Branco (12a), Umuarama (13a) e Campo Mourão (14a) são reconhecidas como órgãos oficiais de representação de classe, respeitadas as respectivas circunscrições territoriais, conformidade com seus Estatutos.

Parágrafo único — Aos Presidentes das Associações das circunscrições territoriais previstas neste artigo, durante seus mandatos, é facultada a dispensa, pelo Secretário de Educação e da Cultura, do exercício do cargo que possuir, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens previstos nesta Lei.

Art. 140 — O Poder Executivo expedirá, dentro de cento e oitenta (180) dias, a contar da data da publicação desta Lei, os atos complementares necessários à plena execução das disposições deste Estatuto.

Parágrafo único — Até que sejam expedidos os atos referidos neste artigo, continuarão em vigor as regulamentações existentes.

Art. 141 — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1976.

(a) LUIZ GABRIEL SAMPAIO

## ANEXOS

### PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS <sup>Anexo II-A</sup> Serviço: MAGISTÉRIO

Grupo Ocupacional: PROFESSOR — MPP-100

NÍVEIS DE ATUAÇÃO	CÓDIGOS	DENOMINAÇÕES	SÉRIE DE CLASSES	NÍVEIS DE VENC.
I	MPP-101	Professor	Classe A	1
	MPP-101	Professor	Classe B	2
	MPP-101	Professor	Classe C	3
	MPP-101	Professor	Classe D	4
	MPP-101	Professor	Classe E	5
II	MPP-102	Professor	Classe B	2
	MPP-102	Professor	Classe C	3
	MPP-102	Professor	Classe D	4
	MPP-102	Professor	Classe D	5
III	MPP-103	Professor	Classe C	3
	MPP-103	Professor	Classe D	4
	MPP-103	Professor	Classe E	5
IV	MPP-104	Professor	Classe D	4
	MPP-104	Professor	Classe E	5
V	MPP-105	Professor	Classe E	5

QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO – MP

Anexo I-A

Estruturação da Carreira do Magistério – Grupo Ocupacional: PROFESSOR – MPP-100

NÍVEIS DE ATUAÇÃO	CÓDIGOS	ÁREAS DE ATUAÇÃO	SÉRIES DE CLASSES	NÍVEIS DE VENC.	AVANÇOS DE CLASSES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEIS DE FORMAÇÃO (Habilitação Específica)
I	MPP-101	1ª a 4ª Séries do 1º Grau	A	1	A1-A2-A3-A4-A5	22	– 2º Grau com três séries
			B	2	B1-B2-B3-B4-B5	22	– 2º Grau com quatro séries ou 2º Grau com três séries mais um ano de estudos adicionais.
			C	3	C1-C2-C3-C4-C5	22	– Superior – Licenciatura de curta duração
			D	4	D1-D2-D3-D4-D5	22	– Superior - Licenciatura de Curta Duração mais um ano de estudos adicionais.
			E	5	E1-E2-E3-E4-E5	22	– Superior - Licenciatura Plena
II	MPP-102	1ª a 6ª Séries do 1º Grau	B	2	B1-B2-B3-B4-B5	22	– 2º Grau com quatro séries ou 2º Grau com três séries mais um ano de estudos adicionais.
			C	3	C1-C2-C3-C4-C5	22	– Superior - Licenciatura de Curta Duração.
			D	4	D1-D2-D3-D4-D5	22	– Superior - Licenciatura de Curta Duração mais um ano de estudos adicionais.
			E	5	E1-E2-E3-E4-E5	22	– Superior - Licenciatura Plena.
III	MPP-103	1ª a 8ª Séries do 1º Grau	C	3	C1-C2-C3-C4-C5	22	– Superior - Licenciatura de Curta Duração.
			D	4	D1-D2-D3-D4-D5	22	– Superior - Licenciatura de Curta Duração mais um ano de estudos adicionais.
			E	5	E1-E2-E3-E4-E5	22	– Superior - Licenciatura Plena.
IV	MPP-104	1ª a 8ª Séries do 1º grau e 1ª e 2ª séries do 2º Grau	D	4	D1-D2-D3-D4-D5	22	– Superior - Licenciatura de Curta Duração mais um ano de estudos adicionais.
			E	5	E1-E2-E3-E4-E5	22	– Superior - Licenciatura Plena.
V	MPP-105	1º e 2º graus completos.	E	5	E1-E2-E3-E4-E5	22	– Superior - Licenciatura Plena.

OBSERVAÇÕES:

- 1) A carga horária básica dos integrantes do Grupo Ocupacional MPP-100, Pessoal Docente, será de vinte e duas (22) horas semanais, com opção de quarenta e quatro (44) horas, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, segundo as conveniências e as necessidades, a critério da administração central.
- 2) As cargas horárias semanais referidas no item anterior englobam, necessariamente quinze a vinte por cento do tempo que o docente terá para planejamento, preparação de aulas, orientação educacional, recuperação e participação nos órgãos-meio, órgãos-fins e órgãos cooperadores da Escola, nas seguintes proporções:  
I – Para 22 horas: 18 horas dentro de classe e 4 horas fora de classe;  
II – Para 44 horas: 36 horas dentro de classe e 8 horas fora de classe.
- 3) Para o Pessoal Especialista de Educação, Grupo Ocupacional M-200, a carga semanal será sempre de 22 horas ou 44 horas, neste último caso se contratado sob regime de tempo integral e dedicação exclusiva.
- 4) Após quarenta anos de idade e dez de efetiva docência, o professor poderá solicitar progressiva diminuição da carga horária semanal efetiva, observados os seguintes critérios:

TEMPO DE DOCÊNCIA	EM CLASSE	FORA	TOTAL
Até 10 anos	18	4	22
Até 15 anos	17	5	22
Até 20 anos	16	6	22
Até 25 anos	15	7	22
Até 30 anos	14	8	22

Para os de regime de 44 horas semanais, o cálculo de diminuição será proporcional, em relação aos critérios acima.

## QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO – MP

ANEXO I-B

Estruturação da Carreira do Magistério – Grupo Ocupacional: ESPECIALISTA DE EDUCAÇÃO – MPE–200

NÍVEIS DE ATUAÇÃO	CÓDIGOS	DENOMINAÇÃO	SÉRIES DE CLASSES	NÍVEIS DE VENC.	AVANÇOS DE CLASSES	CARGA HORÁRIA Semanal.	NÍVEIS DE FORMAÇÃO (habilitação Específica)
Micro-Educação	MPE-201	Diretor	C	3	C1-C2-C3-C4-C5	22	– Superior específico de curta duração.
Micro-Educação	MPE-201	Diretor	D	4	D1-D2-D3-D4-D5	22	– Superior específico de curta duração mais um ano de estudos adicionais.
Micro e Macro educação	MPE-201	Diretor	E	5	E1-E2-E3-E4-E5	22	– Superior específico de duração plena.
Micro-Educação	MPE-202	Orientador educacional	C	3	C1-C2-C3-C4-C5	22	– Superior específico de curta duração.
Micro-Educação	MPE-202	Orient. Educacional	D	4	D1-D2-D3-D4-D5	22	– Superior específico de curta duração mais um ano de estudos adicionais.
Micro e macro educação	MPE-202	Orient. Educacional	E	5	E1-E2-E3-E4-E5	22	– Superior específico de duração plena.
Micro-Educação	MPE-203	Supervisor de ensino	C	3	C1-C2-C3-C4-C5	22	– Superior específico de curta duração.
Micro-Educação	MPE-203	Supervisor de ensino	D	4	D1-D2-D3-D4-D5	22	– Superior específico de curta duração mais um ano de estudos adicionais
Micro e Macro educação	MPE-203	Supervisor de ensino	E	5	E1-E2-E3-E4-E5	22	– Superior específico de duração plena.
Micro-Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	C	3	C1-C2-C3-C4-C5	22	– Superior específico de curta duração.
Micro-Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	D	4	D1-D2-D3-D4-D5	22	– Superior específico de curta duração mais um ano de estudos adicionais.
Micro e Macro educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	E	5	E1-E2-E3-E4-E5	22	– Superior específico de duração plena.
Macro-Educação	MPE-205	Planejador	E	5	E1-E2-E3-E4-E5	22	– Superior específico de duração plena.
Micro-Educação	MPE-206	Téc. em Comunicação e RAV	C	3	C1-C2-C3-C4-C5	22	– Superior específico de curta duração.
Micro-Educação	MPE-206	Téc. em Comunicação, e RAV	D	4	D1-D2-D3-D4-D5	22	– Superior específico de curta duração mais um ano de estudos adicionais.
Micro-Educação	MPE-206	Téc. em Comunicação e RAV	E	5	E1-E2-E3-E4-E5	22	– Superior específico de duração plena.
Micro-Educação	MPE-207	Assistente comunitário	C	3	C1-C2-C3-C4-C5	22	– Superior específico de duração plena com especialização em Educação.
Micro e Macro educação	MPE-208	Psicólogo Escolar	E	5	E1-E2-E3-E4-E5	22	– Superior específico de duração plena com especialização em Educação.
Macro-Educação	MPE-209	Sociólogo Escolar	E	5	E1-E2-E3-E4-E5	22	– Superior específico de duração plena.

## Anexo II – B

## PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Serviço: MAGISTÉRIO – Grupo Ocupacional: ESPECIALISTA – MPE–200

NÍVEIS DE ATUAÇÃO	CÓDIGOS	DENOMINAÇÕES	Séries de Classe	NÍVEIS DE VENCIMENTOS
Micro-Educação	MPE-201	Diretor	C	3
Micro-Educação	MPE-201	Diretor	D	4
Micro e Macro-Educação	MPE-201	Diretor	E	5
Micro-Educação	MPE-202	Orientador Educacional	C	3
Micro-Educação	MPE-202	Orientador Educacional	D	4
Micro e Macro-Educação	MPE-202	Orientador Educacional	E	5
Micro-Educação	MPE-203	Supervisor de Ensino	C	3
Micro-Educação	MPE-203	Supervisor de Ensino	D	4
Micro e Macro-Educação	MPE-203	Supervisor de Ensino	E	5
Micro-Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	C	3
Micro-Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	D	4
Micro e Macro-Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	E	5
Macro-Educação	MPE-205	Planejador	E	5
Micro-Educação	MPE-206	Técnico em Comunicação e RAV	C	3
Micro-Educação	MPE-206	Técnico em Comunicação e RAV	D	4
Micro-Educação	MPE-206	Técnico em Comunicação e RAV	E	5
Micro-Educação	MPE-207	Assistente Comunitário	C	3
Micro e Macro-Educação	MPE-208	Psicólogo Escolar	E	5

Anexo III

QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO – MT  
PARTE TRANSITÓRIA (Cargos Sujeitos a Extinção)

I – GRUPO OCUPACIONAL MT-300 – MAGISTÉRIO MÉDIO

CÓDIGOS	DENOMINAÇÕES	NÍVEIS DE VENCIMENTOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
MT-301	Professor do Ensino Médio Licenciatura	27	14
MT-301	Professor de Ensino Médio Licenciatura	26	14
MT-301	Professor do Ensino Médio Licenciatura	25	14
MT-301	Professor do Ensino Médio Licenciatura	24	14
MT-301	Professor do Ensino Médio Licenciatura	23	14
MT-302	Professor do Ensino Médio	25	14
MT-302	Professor do Ensino Médio	24	14
MT-302	Professor do Ensino Médio	23	14
MT-302	Professor do Ensino Médio	22	14
MT-302	Professor do Ensino Médio	21	14

II – GRUPO OCUPACIONAL MT-400 – MAGISTÉRIO PRIMÁRIO

CÓDIGOS	DENOMINAÇÕES	NÍVEIS DE VENCIMENTOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
MT-400	Professor do Ensino Primário	19	22
MT-400	Professor do Ensino Primário	18	22
MT-400	Professor do Ensino Primário	17	22
MT-400	Professor do Ensino Primário	16	22

III – GRUPO OCUPACIONAL MT-500 – MAGISTÉRIO TÉCNICO

CÓDIGOS	DENOMINAÇÕES	NÍVEIS DE VENCIMENTOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
MT-501	Técnico de Educação	30	22
MT-501	Técnico de Educação	29	22
MT-501	Técnico de Educação	28	22
MT-501	Técnico de Educação	27	22
MT-501	Técnico de Educação	26	22
MT-502	Assistente de Educação	25	22
MT-502	Assistente de Educação	24	22
MT-502	Assistente de Educação	23	22
MT-503	Orientador Educacional	27	22
MT-503	Orientador Educacional	26	22
MT-503	Orientador Educacional	25	22
MT-503	Orientador Educacional	24	22
MT-503	Orientador Educacional	23	22
MT-504	Educador Sanitário	21	22
MT-504	Educador Sanitário	20	22

## Anexo IV

**TABELA DE CRÉDITOS PARA PROMOÇÕES  
DO PROFESSOR OU ESPECIALISTA DE EDUCAÇÃO**

ESPECIFICAÇÕES	CRITÉRIOS	CRÉDITOS
1) Curso de Aperfeiçoamento, Treinamento, Atualização ou Especialização, relativo ao cargo ocupado, com aproveitamento e reconhecimento pela SEEC	Duração = 30 30 horas < Duração < 50 horas 50 horas < Duração < 100 horas 100 horas < Duração < 200 horas Duração > 200 horas	5 10 25 50 70
2) Por quinquênio de efetivo serviço prestado na classe funcional	5 anos	50
3) Curso de Pós-Graduação reconhecido pelo CFE ou cujo título for revalidado segundo a Legislação em vigor	Em área relativa ao cargo ocupado	100
4) Curso Superior	Graduação em curso superior de qualquer natureza	50
5) Dedicação Profissional	Para cada ano de serviço comprovado por frequência integral	10
6) Participação em Comissões, Grupo Tarefa ou Colegiados, designados pela SEEC	A nível de órgão setorial de execução	10
	A nível de administração superior	20
	A nível de planejamento da Macro-Educação	40
7) Exercício de funções	Membro da Banca Examinadora	5
	Subcoordenador ou coordenador de área ou atividade	5
	Direção Auxiliar ou Coordenação Geral	10
	Função gratificada por ano de desempenho	20
	Cargo em Comissão	30
8) Publicações	Autoria, de artigo relativo à área específica da atividade profissional, publicado em revista científica ou técnica, por artigo (MÁXIMO: 20 créditos)	5
	Idem, em jornal, por artigo original (MÁXIMO: 10/ano)	1
	Autoria de livro ditático	30
9) Trabalhos	Trabalho ou tese apresentado em congressos ou seminários reconhecidos pela SEEC	10
	Tese apresentada e aprovada em curso de formação profissional	10

OBS: O número de créditos necessários para a passagem de um a outro nível de elevação, da mesma série de classes, obedecerá ao seguinte:

- 1.º estágio — inicial, pela habilitação legal.
- 2.º estágio — 100 pontos
- 3.º estágio — 200 pontos
- 4.º estágio — 300 pontos
- 5.º estágio — 400 pontos

Ao passar de uma classe para outra, em decorrência de melhoria de habilitação legal, será conduzido ao mesmo estágio (nível de elevação) em que se encontrava na classe de que procede.

## PROJETOS DE LEI:

## PROJETO DE LEI N.º 98/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º — O Art. 4.º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4.º — Os funcionários que não houverem gozado férias já atingidas pela prescrição de dois (02) anos, terão o direito de contá-las em dobro e para todos os efeitos legais, desde que a requeiram até 31 de março de 1977”.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de setembro de 1976.

(a) WILSON FORTES

## JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei, pretendemos oferecer um prazo maior para que os funcionários públicos estaduais possam contar as férias vencidas em dobro. Tal medida, será de justiça, pois que o prazo estipulado primitivamente pela Lei 6742, foi, no nosso entender, para uma medida de tal alcance, muito exíguo, ficando muitos servidores sem a oportunidade de usufruir de tal benefício.

Assim é que apresentamos o projeto de lei que temos a certeza contará com o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

## PROJETO DE LEI N.º 99/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º — Fica a Sociedade Rural do Paraná autorizada a doar ao Sindicato Rural de Londrina, parte do terreno de sua propriedade, adquirido por doação do Estado, conforme escritura pública lavrada no 1.º Tabelião de Londrina e transcrito sob o número 24.891, no Registro de Imóveis do 1.º Ofício da Comarca de Londrina, mediante autorização e condições estatuídas na Lei 6262, de 06 de janeiro de 1972.

Art. 2º — A parte de terras a ser doada pela Sociedade Rural do Paraná, objeto desta autorização legislativa, é restrita e específica a uma área de 7.230,14 (sete mil, duzentos e trinta vírgula catorze) metros quadrados, situando-se na cabeceira do lote 107-B da Gleba Cambé, com as seguintes confrontações: Principia na BR-369 na divisa do lote 107-A, segue confrontando com esse rumo de NE 33o10 SW, com 100,78 metros; desse ponto segue confrontando com o remanescente do lote 107-B no rumo SE 64o00 NW com a distância de 65,51 metros; daí segue confrontando com a chácara A da sub-divisão do lote 107-B no rumo SW 25o25NE com a distância de 100,00 metros; desse ponto segue confrontando com a BR-369, com rumo NW64o00SE, com a distância de 79,10 metros, até o ponto de partida.

Art. 3º — O Sindicato Rural de Londrina destinará o imóvel a receber em doação, para construir prédios destinados à sua sede, ambulatório médico com leitos para casos de emergência, farmácia, gabinete dentário e outros, destinados ao atendimento ao trabalhador rural.

§ 1.º — As construções e manutenção dos prédios e serviços mencionados neste artigo poderão ser realizados às suas expensas ou através de convênios, contratos ou concessões, com outras entidades oficiais.

§ 2.º — As condições estabelecidas neste artigo, atinentes à destinação do imóvel a ser doado, deverão constar da respectiva escritura de doação.

Art. 4º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

## JUSTIFICATIVA:

Em 1972, o Governo do Estado do Paraná doou à Sociedade Rural do Paraná, uma área de terras com 78.282 metros quadrados, onde se localiza o Parque Governador “Ney Braga”

Referida doação teve por base a Lei número 6262, de 06 de janeiro de 1972, a qual condicionava a doação à construção do Parque de Exposição Industrial de Londrina, no fato de que a Sociedade Rural do Paraná vinha efetivamente construindo o Parque de Exposição . . . . .

Em virtude das condições impostas na escritura de doação a Sociedade Rural do Paraná não pode dispor “sponte sua” de parte do imóvel, a não ser mediante nova autorização legislativa, razão do presente projeto de lei.

Como é do conhecimento geral, a população rural regional há muito clama por atendimento mais próximo e eficiente dos órgãos assistenciais ligados ao Poder Público, mais precisamente ao Funrural.

Há, por outro lado, possibilidades concretas de construção e manutenção de dispensários e similares por essa instituição, desde que haja terreno disponível, que lhe seja cedido por entidade classista legítima, ligada ao homem do campo.

E essa entidade, desnecessário dizer, seria o Sindicato Rural de Londrina que, todavia, não dispõe de área suficiente para tão humano e digno empreendimento.

Daí porque a Sociedade Rural do Paraná, mais uma vez, demonstrando seu espírito sempre voltado ao desenvolvimento e ao bem estar do trabalhador rural, houve por bem, como se vê da Ata da Assembléia Extraordinária que realizou no dia 13.04.76 —, desfazer-se de parte de seus legítimos direitos dominiais em favor do Sindicato Rural de Londrina.

Este, por sua vez, sub-rogar-se-á, em instrumento próprio, nas obrigações de destinar o imóvel doado para a construção e manutenção de farmácia, gabinete dentário, hospital de emergência, sede própria, etc., tudo dedicado ao trabalhador do campo.

Pelo elevado alcance da medida proposta, estamos seguros de merecer o incondicional apoio dos nobres Pares desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos esta tribuna apenas e tão somente para justificar projeto de lei que apresentamos hoje à Mesa, o qual, tem súmula já lida pelo Sr. 1.º Secretário, “que autoriza a Sociedade Rural do Paraná, com sede em Londrina, a doar área de terras ao Sindicato Rural de Londrina”.

Ocorre, Srs. Deputados, que em 1972, o Governo do Estado do Paraná doou à Sociedade Rural do Paraná, uma área de terras onde se localiza o Parque Governador Ney Braga.

(Lê): “Referida doação teve por base a Lei número 6262, de 06 de janeiro de 1972, a qual condicionava a doação à construção do Parque de Exposição Industrial de Londrina, no fato de que a Sociedade Rural do Paraná vinha efetivamente construindo o Parque de Exposição.

Em virtude das condições impostas na escritura de doação, a Sociedade Rural do Paraná não pode dispor “sponte sua”, de parte do imóvel, a não ser mediante nova autorização legislativa, razão do presente projeto de Lei.

Como é do conhecimento geral, a população rural regional há muito clama por atendimento mais próximo e eficiente dos órgãos assistenciais ligados ao Poder Público, mais precisamente do FUNRURAL.

Há, por outro lado, possibilidades concretas de construção e manutenção de dispensários médicos e similares por essa instituição, desde que haja terreno disponível, que lhe seja cedido por entidade classista legítima, ligada ao homem do campo”.

Essas, as razões que justificam o presente projeto de lei, que encaminhamos à Mesa, e que, evidentemente, deverá também ser submetido à apreciação do Plenário, para merecer o apoio dos nobres parlamentares, que compõem esta augusta Casa.

Apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra, inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa presença hoje nesta tribuna, é para dizer aos Srs. Deputados e para que se registre nesta Casa, que a Oposição, nesta campanha que já está em marcha, se propõe a respeitar a Lei Eleitoral em todos seus termos; respeitar a ordem pública para que se caminhe democraticamente e à altura de um povo civilizado.

Nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos dizer que, em contrapartida, verificamos que o Partido da Situação — e porque não dizer o Governo — caminha ao arrepio da Lei, transgride-a em todos seus termos, fraudar-a, afronta a Oposição, afronta até o povo.

Por isso, queremos dizer que, andando desse jeito, vamos pagar para ver se o Partido do Governo vencerá nas eleições. Porque o povo está observando o comportamento de cada um dos partidos, de cada um dos candidatos, de cada pessoa que se apresenta como cabo eleitoral.

Nestas condições, vimos à tribuna para apelar ao Tribunal de Justiça do Estado que exerça seu poder de polícia, fazendo com que a Lei Eleitoral que está aí seja respeitada e não olhada apenas; fazer com que em primeiro lugar, aqueles que mais perto dessa Lei estão, a respeitem, dêem o exemplo para que os demais também a respeitem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos observando, através das rádios e televisões, o comparecimento de homens do Governo fazendo promoção política em prejuízo do partido da Oposição. Ainda sábado próximo passado, no Canal 12, o tele-jornal durante mais ou menos dez minutos, apresentou um “tape” de uma concentração arenista realizada no Colégio Estadual do Paraná, quando o Sr. Ministro Ney Braga ressaltava a qualidade dos candidatos de seu Partido e a necessidade do Partido governista vencer as eleições.

Acho que esse fato se constitui numa fraude à legislação eleitoral, numa promoção indireta dos candidatos e do Partido do Governo. É preciso, repito, que o Tribunal Eleitoral, a quem compete vigiar o cumprimento da Lei, que exerça o seu dever de polícia e faça com que cessem essas propagandas indiretas e que estão fraudando a Lei Eleitoral.

O Movimento Democrático Brasileiro não quer usar do mesmo expediente. Quer respeitar a Lei, mas também quer que o Partido da Situação a respeite, para que estejamos, nesse pleito, em condições de igualdade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar, inscrito.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Há poucos dias desta tribuna, o ilustre Deputado de minha bancada, Deputado Luiz Carlos Zuk, foi portador de um apelo da maioria dos Srs. Deputados ao Presidente desta Assembléia Legislativa, no sentido de que fosse implantado o plano de reestruturação do funcionalismo deste Poder. O apelo não teve ainda sua resposta, apesar da delegação expressa feita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado à Assembléia na

Lei número 6779, em seu artigo segundo, que determinava: “A Comissão Executiva apresentará por projeto de resolução, a reorganização dos serviços administrativos da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado, com reformas estruturais dos órgãos que a integram, alterações de denominações de cargos, funções, e séries de classes e definição de competências e atribuições”. A demora da aprovação e consequente implantação desse plano, que já sabemos estar há meses pronto, vem trazendo grande expectativa no seio do quadro funcional da Casa, em razão das agruras que vem passando, face à elevação constante do custo de vida.

Assim, não entendemos as motivações que estão sensibilizando o nosso ilustre Presidente, para a postergação da aprovação de tão aguardado benefício à sofrida classe.

A Lei número 6979, em seu artigo segundo autoriza a reforma estrutural do quadro funcional do Poder Legislativo. Em seu artigo terceiro estipula que as despesas com a execução da lei referida correrão à conta da dotação própria do Orçamento Geral do Estado.

É princípio jurídico que a interpretação ao texto legal não pode e nem deve sofrer as restrições ditadas por interesses pessoais. Nestas condições, como a Lei não diz que as despesas a que se referem são as decorrentes da criação de 54 cargos que prevê, torna-se evidente que nas despesas autorizadas estão incluídas aquelas que foram consequência da reforma estrutural da alteração de funções e séries de classes. Portanto, comunicando no entendimento de que esta Casa, por delegação do Sr. Governador está investida de poderes para implantar reformas administrativas e reestruturações funcionais, considero necessário esse pronunciamento, para solicitar da Presidência explicações e apelar em reiteração, que providências imediatas sejam adotadas, para consecução da reestruturação tão pedida e esperada”.

Era só.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Nos anos de 1929 e 1930, vieram aproximadamente 280 famílias da Rússia, via Alemanha, e colonizaram o Vale do Krauel e o Stolz-Plateau, em Santa Catarina.

Entre 1931 e 1936, boa parte destes se transferiu para Curitiba, instalando-se no Bairro do Boqueirão e Xaxim. Aqui desenvolveram principalmente a produção de laticínios e criação de gado leiteiro. Também em Curitiba, como em todo lugar onde os Menonitas se instalaram, procuraram logo construir uma Igreja e uma Escola. Já no dia 28 de março de 1936, numa pequena escolinha de madeira com carteiras improvisadas com troncos de madeira foi dada a primeira aula pelo Prof. Henrique H. Loewen, numa classe de 18 alunos sub-divididas em 5 turmas diferentes. Já no segundo ano de funcionamento, assumiu a escola o Sr. Franz Hubert.

Em 1938, por motivo de deflagração da Segunda Guerra Mundial, houve interdição na escola, sendo nomeada intervenitora a professora Elgê Pacheco.

Em 1943, assumiu como professor em língua nacional, o Sr. Peter Friesen.

Em 1948, foi devolvida a direção da escola à comunidade, notando-se um novo incremento na mesma.

Em 1953, inicia sob a direção da Prof. Helena Hubert (hoje Helena Ens) o Jardim de Infância e em 1955 um Curso Complementar “Fortbildungsschle” sob a direção da Professora Alice Friesen (hoje Alice Fast).

Em 1956, instituiu-se o Curso Ginásial nascendo assim o Ginásio Erasto Gaertner”.

Após, aproximadamente dez anos, em 1966, criou-se o Curso Científico atual Segundo Grau, dando-se então, o nome ao estabelecimento de Colégio Erasto Gaertner.

Este colégio, Sr. Presidente, Srs. Deputados, comemorou em data de ontem, e de ante-ontem, os seus quarenta anos de ininterrupto funcionamento, colaborando para o progresso nacional.

Por esta razão, submetemos à apreciação da Casa um requerimento, pedindo a inserção de um voto de regozijo por esse acontecimento histórico.

O requerimento está vazado nos seguintes termos. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja inserto na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pelo transcurso do 40º aniversário de fundação do Colégio Erasto Gaertner.

O modelar estabelecimento de ensino surgiu da pequena escola de madeira com carteiras improvisadas, na qual em 28 de março de 1936, o Professor Henrique H. Lowen, deu histórica aula a uma classe de 18 alunos da comunidade menonita. Já no segundo ano de funcionamento, assumiu a escola o Sr. Franz Hubert. Após a Segunda Guerra Mundial, em 1948, se abriu nova fase, nascendo em 1956 o Ginásio Erasto Gaertner com a instituição do curso ginasial.

Dirigido atualmente pelo Professor João Dück Filho, o Colégio Erasto Gaertner contou com a efetiva participação de renomados educadores, dentre os quais os Professores Djalma Mainguê, Henrique Ens, Waldemar Ens, Helena Ens e Alice Fast, que foram lembrados e homenageados nas solenidades levadas a efeito nos dias 11 e 12 transatos.

Outrossim, após aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à direção do Colégio enfocado.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1976”.

(a) EZEQUIAS LOSSO

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra, para falar no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel. (Declina)

Concedo a palavra ao líder da ARENA caso deseje usá-la. (Declina).

Consulto ao Sr. Deputado Trajano Bastos, Vice-líder do MDB, se deseja fazer uso da palavra. (Declina).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda número 1, ao Projeto de Lei número 186/75, do Estatuto do Magistério Público do Ensino de 1º e 2º Grau, de autoria do Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — **Será anexada ao Projeto**

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — **Irá à Comissão de Constituição e Justiça.**

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — **Irá à Comissão de Constituição e Justiça.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 10/76, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição 144/75, que aprova a prestação de Contas para financiamento do Convênio de Assistência à Saúde, firmado entre a Caixa Beneficente da Assembléia Legislativa e a Paraná Clínicas Limitada, referente aos exercícios de 1971, 1972 e mês de janeiro de 1973. Parecer favorável da C.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 71/76, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que declara de utilidade pública o “DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA”, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 75/76, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que denomina “CORONEL FABRICIANO DO REGO BARROS” ao Quartel General do Corpo de Bombeiros do Paraná. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 76/76, de autoria do Deputado Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo denominar de Grupo Escolar Professora “LOURDES MOROZOWSKI”, o atual Grupo Estadual do Jardim Eldorado, da cidade de Paranaguá. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 80/76, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO GINÁSIO ESTADUAL “MARECHAL CÂNDIDO RONDON”, com sede na cidade do mesmo nome. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 82/76, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 89/76, encaminhando anteprojeto de Lei que visa doar ao município de Londrina, área de terras com 14.999 m<sup>2</sup>, situada em Jardim Bandeirantes, cidade do mesmo nome, havida pelo Estado conforme transcrição número 23.193 do Registro de Imóveis do 1.º Ofício da Comarca. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 85/76, de autoria do Deputado Enéas Faria, que declara de utilidade pública o CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS UCRANIANOS, com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 104/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 76/76, Mensagem 18/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, com a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, objetivando o estudo das alternativas técnicas, Econômicas e Sociais para a Indústria Madeireira do Paraná. Parecer favorável da C.C.J., por maioria. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 111/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 199/76, mensagem 59/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Ministério da Fazenda e o Governo do Estado do Paraná, objetivando desenvolver no Estado, projetos de assistência técnica, que especificam. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 164/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 231/76, Mensagem Governamental 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Dois Vizinhos, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Duque de Caxias. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA Aprovado, artigo por artigo.**

**2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução 193/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 232/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Dois Vizinhos, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual de Dois Vizinhos, do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA** — Aprovado, artigo por artigo.

**1ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução 108/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 190/76, Mensagem 50/76, do Poder Executivo, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança e Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, e o Município de Corbélia, com os objetivos que especifica. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 108/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o Termo Aditivo de 30 de abril de 1976, ao convênio celebrado em 04 de junho de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Segurança e Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, e o Município de Corbélia, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA Parecer à Proposição 190/76

A Proposição 190/76, oriunda da Mensagem Governamental 50/76, tem por finalidade o referendo desta Assembléia, ao Termo Aditivo de 30 de abril de 1976, ao Convênio celebrado em 04 de junho de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Segurança Pública e a Empresa de Obras Públicas - EMOPAR, e o Município de Corbélia, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

Constitucionalmente, é de competência do Chefe do Poder Executivo a celebração de convênios.

Analisando-se o Convênio celebrado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado, bem como os do Município de Corbélia.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo. É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator

**1ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução 109/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 192/76, Mensagem 52/76, do Poder Executivo, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, e o Município de Medianeira, com objetivos que especifica. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 109/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA.

Art. 1º — Fica aprovado o Termo Aditivo ao Convênio celebrado em 08 de março de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, e o Município de Medianeira, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Deni Schwartz, Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA Parecer à Proposição n.º 192/76.

A Proposição n.º 192/76, oriunda da Mensagem Governamental n.º 52/76, visa o encaminhamento, para fins de referendo deste Poder Legislativo, de termo aditivo ao Convênio celebrado em 08 de março de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR - e município de Medianeira, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do aludido Município.

Constitucionalmente, é de competência do Chefe do Poder Executivo a celebração de Convênios "ad referendo" deste Poder Legislativo.

Analisando-se os objetivos do aludido Convênio e do seu termo aditivo, temos que o mesmo visa atender os interesses do Estado, bem como os do município de Medianeira, dotando assim aquela comuna paranaense de prédio condigno para abrigar órgãos da Segurança Pública.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Deni Schwartz, Relator.

**1.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução número 110/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 195/76, Mensagem número 55/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Rondon, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana no referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

#### Comissão de Constituição e Justiça Projeto de Resolução número 110/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E::

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 14 de maio de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Rondon, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana no referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA Parecer à Proposição número 195/76.

Oriunda de Mensagem Governamental número 55/76, a presente Proposição número 195/76, visa o referendo esta Assembléia Legislativa ao Convênio celebrado em 14 de maio de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura

Municipal de Rondon, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana no referido Município.

Constitucionalmente, é de competência do Chefe do Poder Executivo, a celebração de convênios, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se os termos do aludido convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do município de Rondon.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, nos termos do Projeto de Resolução que apresentamos anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 112/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 193/76, Mensagem 53/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e Empresa de Obras Públicas do Paraná-EMOPAR, com o município de Realeza, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública no referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica aprovado o Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR, com o município de Realeza, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

Art. 2.<sup>o</sup> — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto Presidente; Lineu Turra, Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO NÚMERO 193/76

#### P A R E C E R

Acompanhado da Mensagem Governamental número 53/76, de 31 de maio de 1976, é encaminhada à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 14 de agosto de 1974, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR, com o Município de Realeza, objetivando a constru-

ção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Cumpre o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Tito Carneiro Leal, ocorrido na cidade de Londrina.— **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Dóbis, ocorrido na cidade de Castro.— **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Presidente do egrégio Tribunal de Justiça, encarecendo seja instalada a terceira Vara da Comarca de Pato Branco.— **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que determine a criação de curso de primeiro grau, segunda parte, na sede do Distrito de Guaramiranga, município de Imbituva.— **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, lido da tribuna, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 40.<sup>o</sup> aniversário de fundação do Colégio Erasto Gaertner.— **APROVADO.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, terça-feira, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 104/76, 111/76, 164/76 e 193/76.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 108/76, 109/76, 110/76 e 112/76.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 113/76, 114/76, 115/76, 116/76, 117/76 e de Lei número 180/76.

Levanta-se a sessão.